

ESCRITOS SOBRE ESPANHA

Nota:

O primeiro texto desta coletânea é uma versão revista e ligeiramente modificada de um livro publicado em 1983: *A Redemocratização Espanhola* - Lições de uma distensão lenta, gradual e insegura, ed. Brasiliense, São Paulo. A seguir, acrescentamos artigos e crônicas escritos em momentos posteriores: *Da Espanha dos socialistas a Aznar – e de novo aos socialistas* (2005); *Diário de Cátedra* – seleção de crônicas escritas para o Jornal da Unicamp, durante minha permanência na Universidade de Salamanca, como professor-visitante, em 2004.

A REDEMOCRATIZAÇÃO ESPANHOLA - Lições de uma distensão lenta, gradual e insegura.

Reginaldo C. Moraes, 1983

INDICE

Apresentação

A primeira geração do franquismo (1939-1957)

O milagre espanhol — os anos 60

1970/75 — Complicadores da auto-reforma

1976/1982 — O Calendário da "Operação Centro"

O exército diante da abertura política

A Igreja atenta aos "sinais dos tempos"

1982 — Os "socialistas" no governo e a burguesia no poder

O eurocomunismo em crise

Conclusão

Indicações para leitura

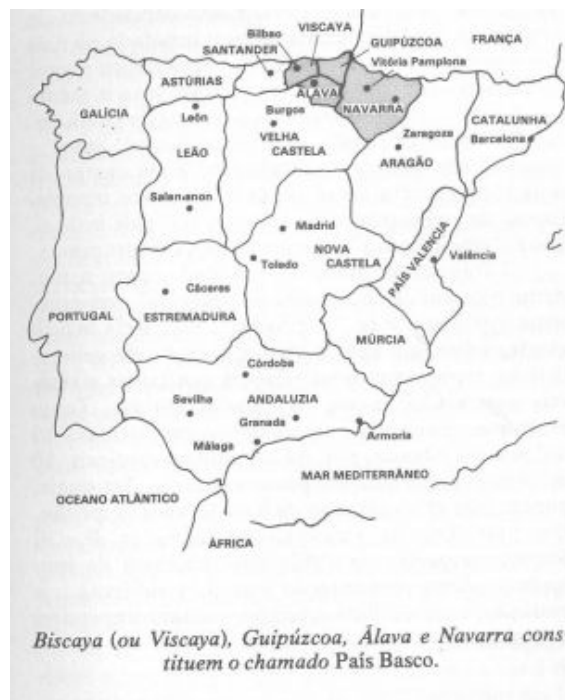
APRESENTAÇÃO

Fevereiro de 1981. No bairro gótico de Barcelona, uma idosa mulher, vestida de negro, segue a confissão e os velhos rituais de uma igreja anterior ao concílio Vaticano II. A poucas quadras dali, estão as "ramblas" do turismo e as "tendas" de cine erótico. No trem em que viajo para o País basco, um jovem que recita o contestador António Machado e canta Juan Manuel Serrat dirige-se a Vitória para cumprir o serviço militar. Tudo parece insistir que a velha Espanha sobrevive, que o regime erguido sobre os escombros da cruzada nacionalista perdura e resiste ao ácido mordente da "degradação" liberal-européia. Algo mudou para que tudo continuasse na mesma?

A "distensão" espanhola tem, para o leitor brasileiro, um interesse semelhante ao das partidas clássicas de xadrez, onde os grandes mestres aprendem a selecionar aberturas e a adivinhar os lances dos adversários. Não se pode inventar novas peças, nem modificar as regras de seus movimentos. Elas são as condições dadas. Mas, dentro delas, as possibilidades são quase infinitas e vence aquele que der o lance certo no tempo certo.

Milagre econômico, reconstrução do movimento operário, crise, FMI, pluralismo sindical, pactos sociais, transformações no Exército, na Igreja, nos partidos políticos. Quando se for escrever a história da distensão brasileira, a experiência espanhola certamente estará diante de nossos olhos. Mesmo que seja para lembrar o que *não* pode acontecer.

Madrid, fevereiro/1981 São Paulo, dezembro/1982.



A PRIMEIRA GERAÇÃO DO FRANQUISMO (1939-1957)

Em 1939, na Península Ibérica, o fascismo completava sua "missão" de esmagar comunistas, socialistas, anarquistas e liberal-republicanos. Guernica havia sido o ensaio dos bombardeios hitleristas da II Guerra Mundial. E o regime que se ergueu sobre a cruzada franquista sobreviveu à derrota nazi.

Mas a Espanha fascista era um país em ruínas: 183 cidades devastadas, 500 a 800 mil mortos e uma produção agrícola e industrial em pedaços. Francisco Franco, chefe de um estado fascista, não se envolveu — nem poderia fazê-lo — no confronto direto da II Guerra e manteve uma esperta prudência.



A "nova Guernica", na pena dos anarquistas.

Mais uma vez, como em toda a história do seu governo, este hábil general driblava as decisões, aguardava o momento e neutralizava em proveito próprio os grupos contrastantes. Esse pragmatismo nebuloso e matreiro atribuído aos galegos era o outro lado do rígido moralismo que a infância dura lhe tinha ensinado. Diante de um pai bêbado e devasso, Franco se concebia um homem providencial, destinado a salvar a Espanha, vítima, como a sua própria mãe, devota e sacrificada, da dissolução moral de um ocidente fraco e materialista.

Como o Führer e o Duce, o "caudillo por la gracia de Diós y de la virgen" seguia obstinadamente seu caminho de cruzado e Quixote.

Uma inquisição no século XX

Reconstruir a Espanha, para Franco, significava purificá-la em sangue e castigos. Além de 500 mil exilados e dois milhões de prisioneiros, o regime executou, em poucos anos, um

número próximo de 100 mil pessoas.

O sistema político-social erguido sobre essa hecatombe era uma síntese particular do fascismo e bonapartismo. Apenas um partido político existia, a Falange, com a responsabilidade de reger a imprensa, a propaganda e os sindicatos corporativos. Fundado por José Antônio Primo de Rivera, um fascista sustentado pela embaixada italiana, esse *Movimiento* passou dos 10 mil membros em 1936 aos 900 mil em 1940, mais do que todos os partidos da república juntos.

Concedendo grande poder ao clero, através da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas, e controlando rigidamente a imprensa, Franco parecia manter a Espanha fora do século XX. Afinal, apenas em 1959 foram liberadas notícias estrangeiras, e em 1961 se autorizaram informações sobre o processo Eichman e as atrocidades nazistas... O governo detinha o monopólio de papel e o distribuía conforme critérios políticos. O seqüestro de jornais, revistas e livros foi freqüente até 1976.



Autarquia e nacional-sindicalismo

Contudo, nem só de repressão vive um país. A economia, enfraquecida e desorganizada, foi reerguida sob o princípio da autarquia e do estatismo, isto é, o Estado dirigia a produção, para recuperá-la sem recurso ao exterior. Além disso, o protecionismo e a estatização constituíam poderosa base de apoio político e social. Através do isolamento, protecionismo, ajuda fiscal, sobreviviam pequenas e atrasadas empresas inviáveis em condições normais de competição.

A administração estatal, por outro lado, criou uma rede de empregos "políticos". Em 1941, é fundado o Instituto Nacional da Indústria (INI), organismo estatal de fomento à indústria, que progressivamente se tornaria um gigante econômico, chegando a ser, por ocasião da morte de Franco (1975), a 10ª. empresa da Europa, empregando 5% da população

espanhola economicamente ativa, controlando 65% do refino de petróleo e produção do aço, mais de 50% da produção de carvão e alumínio e 95% da construção naval.

Mas o nervo do regime está, sem dúvida, na sua definição "nacional-sindicalista". Em 1940, a Lei de Bases da Organização Sindical afirma: "Todos os espanhóis são membros de uma grande comunidade nacional e sindical, concebendo a Espanha como um gigantesco sindicato de produtores. A sindicalização vem a ser a forma política da economia inteira de Espanha". Essa formulação corresponde à doutrina da Falange, para a qual "o novo Estado não pode abandonar sua economia aos simples pactos e contratações que as forças econômicas estabeleçam entre si".

Os sindicatos seriam, portanto, órgãos da administração estatal, e não representantes de partes em confronto. São integridades verticais — patrões, operários, técnicos — que cooperam para articular cada ramo da produção e inseri-lo no conjunto da economia.

Contudo, a definição que aparece no *Foro do Trabalho* (1938) e na Lei de Regulamentações do Trabalho (1942) estabelece que os sindicatos não são propriamente autoridades, mas apenas organismos destinados a "conhecer os problemas", fornecer ao Estado dados para elaborar estatística de sua produção e colaborar no "adestramento" e disciplina da força de trabalho, através da assistência social e da ideologia de "comunidade de destino". A submissão era plena e todos os cargos sindicais determinantes eram preenchidos por nomeação, constituindo a chamada "linha de mando". Havia uma cotização sindical obrigatória, recolhida, juntamente com o imposto de seguro social, pelo Instituto Nacional de Previdência, vinculado ao Ministério do Trabalho. Este repassava o dinheiro à Organização Sindical, que se responsabilizava por uma série de serviços de assistência social, previdência, formação de mão-de-obra, colônias de lazer, etc., isto é, as chamadas "obras sindicais". O chefe nacional das Centrais Nacionais Sindicalistas (CNS) nomeava os dirigentes dos sindicatos nacionais (por ramo econômico) e os Delegados Provinciais da CNS. Estes últimos, por sua vez, nomeavam os dirigentes dos sindicatos provinciais. Em 1947, uma pequena reforma introduz nas empresas de mais de 50 trabalhadores os Jurados de Empresa, conselho meramente consultivo de patrões, técnicos e operários.

Essa distância entre o estado franquista e o fascismo da doutrina falangista, inspirada na *Carta del Lavoro* de Mussolini, foi-se acentuando na medida em que se tornava mais claro o caráter capitalista do regime. Afinal, o nacional-sindicalismo do ideólogo José

Antônio pretendia acabar com o capitalismo e erguer um sistema sindicalista, sobre a base da "propriedade sindical".

O franquismo negava a existência da luta de classes e dos sindicatos negociadores; criou os sindicatos corporativos, mas sem o seu pressuposto social, a *economia* corporativa. Paulatinamente, seria obrigado a reconhecer, e mais claramente ainda com a *Lei dos Convênios Coletivos* (1958), seria obrigado a reconhecer uma realidade que, para o nacional-sindicalismo, figurava como a "consagração da desintegração da empresa, da comunidade nacional em partes reconhecidas como antagônicas". Sindicatos verticais desvirtuados, adaptados a uma estrutura econômico-social para a qual não estavam pensados, eles se mostravam a cada passo mais anacrônicos na tarefa de gerir e "disciplinar" a força de trabalho.

O flerte inicial com o nacional sindicalismo e seu paulatino abandono — mais patente com a Lei dos Convênios negociados — fazem parte também da estratégia de sobrevivência do franquismo. Em 1957, os velhos falangistas serão ilhados em dois ministérios, sendo um deles o da Organização Sindical.

O fim da quarentena

A "quarentena" franquista não dura muito tempo. Em 1946, a ONU condena o regime espanhol e aconselha a retirada dos embaixadores em Madrid. Mas, em 1948, abre-se a fronteira francesa e iniciam-se negociações com os Estados Unidos. A era dos "aliados" tinha passado. Os comunistas estavam do outro lado, na guerra fria, e o rearmamento bipolar tornava atraentes bases aéreas, navais e instalações de radar na península. Em 1950, a ONU recua. Em 1951, os americanos destinam dólares ao desenvolvimento espanhol. O acordo militar é assinado em 1953. A Espanha iniciava seu retorno ao chamado mundo livre, e as democracias ocidentais que haviam condenado Franco confirmavam a sentença do personagem de Sartre: "a memória é curta quando a vida é longa".

Os velhos fascistas espanhóis, mais tarde, veriam que essa longa marcha não se faria sem tropeços e concessões ao "ocidente sem princípios". Em certa medida e com certa dose de ironia histórica, esse é um destino que os nacional-sindicalistas ibéricos compartilham, a conta-gotas, com a esmagada "esquerda" do nazismo alemão.

Concretamente, a ajuda americana transformaria o crescimento autárquico num

"desenvolvimento autônomo" *sui generis*, em que as regras seriam a especulação, escolhas irracionais, desperdício, inflação e crise no balanço de pagamentos. A rigidez política do bloco dominante obrigava o regime a subsidiar os capitalistas incompetentes, especuladores e sedentos, salvando-os do golpe da lei do valor através de um gongo estatal: o saque às finanças públicas.

Contudo, muito cedo o regime teria que acertar as contas com a "modernidade" representada pelo ingresso na ONU (1955) e no circuito capitalista internacional. O demônio vem cobrar a alma do Fausto ibérico no bojo da crise ministerial de 1957, que leva ao poder os *wonder boys* da Opus Dei, tecnocratas católicos formados em Harvard.

Em 1958-59, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estabelecem um plano de estabilização aplicável à Espanha. Investigando as contas do Estado, o FMI libera créditos no valor de US\$ 544 milhões em troca de um plano de saneamento que, basicamente, consistia em medidas orçamentárias (como um teto para despesas públicas, aumento de impostos, etc.), financeiras (restrição ao crédito, por exemplo) e comerciais (em síntese, a liberalização progressiva das transações com o exterior).

A Espanha, desde 1956, recebe mais e mais turistas europeus, ao mesmo tempo em que exporta desempregados para trabalhar na França, Alemanha e América. Em junho/59, com o decreto-lei sobre a "nova ordenação econômica", o país deitou autárquico e levantou "liberalizado".

Por certo, liberalismo econômico e liberdades políticas não eram exatamente coincidentes. Mas o alto clero, tecnocratas, banqueiros e industriais já começavam a perceber o perigo da defasagem entre uma sociedade em transformação e uma ditadura congelada. O problema residiria em identificar os setores sociais conquistáveis para um projeto de modernização conservadora-autoritária.

O leitor talvez se lembre do Real Madrid de DiStefano. Ou da seleção espanhola de futebol — a "fúria" que os "canarinhos" venceram no mundial do Chile, em 1962. Um pouco de glória e imagem. Essa imagem grandiosa e bem sucedida que a Espanha vendia aos estrangeiros era compatível com sua abertura ao turismo. Afinal, se 1,2 milhão de visitantes gastaram no país 58 milhões de pesetas em 1952, em 1975 serão 30 milhões de pessoas e 3,4 bilhões de pesetas. A receita líquida do turismo pagaria, em 1974, nada menos que 20% das importações.

O fascismo das idéias era substituído pelo do eletrodoméstico, do automóvel e dos sonhos europeus.

Mas não apenas turistas vinham à "pátria" franquista. O capital americano, em 1961, representava 28% da indústria espanhola; em 1965, 48%. E se em 1970 essa participação baixa para 30%, é porque entram no bolo os alemães, franceses, ingleses e filiais "européias" das multinacionais ianques.

O crescimento do PIB entre 1960-66 é maior que o de qualquer país da Comunidade Européia (CEE) e mesmo do Japão. Entre 1963 e 1973, ele simplesmente triplicará. A agricultura, que em 1950 representava 30% desse produto, chegará, em 1975, aos 9%.

O plano de desenvolvimento de 1959 foi aperfeiçoado em 1962, com um projeto do Banco Mundial que recomendava: 1) supressão dos entraves à empresa privada, tais como os controles de preços, incentivos fiscais, subvenções seletivas; 2) limites à intervenção estatal; 3) política orçamentária drasticamente controlada; 4) liberalização do sistema bancário. Quanto a este último ponto, a Reforma Bancária de 1962 é eloquente: se por um lado nacionaliza o Banco de Espanha, por outro, abre caminho à proliferação de bancos de investimento privados.

A população economicamente ativa (PEA) no campo passará dos 40% (1959) aos 21,5% (1975). Neste último ano, 2,5 milhões de pessoas eram funcionários, comerciantes, etc.; seis milhões eram operários, dos quais quatro milhões na indústria de transformação. O surgimento de grandes firmas será espantoso e produzirá, já na década de 70, uma situação em que 0,2% das empresas empregam 23% da força de trabalho. A maior parte das grandes e mais dinâmicas firmas é estrangeira. Em 1975, o capital estrangeiro está presente nas seguintes proporções:

- mais de 50%: química, plásticos, borracha, vidros, automobilística, máquinas agrícolas, eletroeletrônica, mecânica pesada, material ferroviário;
- 30% a 50%: siderurgia, turbinas, cimento, energia nuclear.

São justamente esses setores os que mais crescem entre 1960-74: 500% em média! A indústria de automóveis cresce perto de 1 000%; a de TV, 2 000% .

Contradições do milagre dependente

O "milagre", porém, não é apenas uma dádiva. Ele encerra também problemas que o regime tem que resolver ou lançar para frente.

Em primeiro lugar, ele transforma a composição das classes dominantes e produz algumas cisões no *bunker*, o bloco governante do franquismo. Disso resulta uma tímida imprensa burguesa "de oposição", uma dialética intraburguesa mais visível. Ministros que se demitem, empresários que criticam o ministério, articulações de monarquistas, democrata-cristãos, etc., frente às perspectivas da sucessão de Franco. Diante disso, e para apresentar ao capital estrangeiro a imagem de uma passagem de comando sem traumas, Franco designa, em 1969, a Juan Carlos de Bourbon como seu sucessor, antecipando a forma da futura Espanha: depois do Caudilho, a monarquia (parlamentar?).

O capital estrangeiro precisava de garantias para seguir apostando na Espanha. Afinal, como tantos países, e mesmo figurando entre os "dez mais industrializados", era (e é) extremamente dependente do exterior. A indústria multinacional instalada no país exporta pouco. A automobilística vende fora menos de 20% de seus produtos, enquanto, para a média dos europeus e japoneses, essa porcentagem está entre 45/60%. Obrigada a remeter lucros, juros e *royalties* em dólares, tem que fazê-lo às custas de uma superexploração extenuante, de novos empréstimos, de reinvestimentos. Apenas um país estável, isto é, "disciplinado", cumpria esses compromissos.

Para a moderna e dinâmica "burguesia de negócios", o franquismo tinha representado um excelente instrumento de "paz social"; mas seria insuficiente, sobretudo após a iminente morte do generalíssimo, para aprofundar relações confiantes e estáveis com a CEE e com os Estados Unidos. Tanto mais que a "paz" social, em números, representava 19 mil pessoas julgadas por delitos político-sindicais; 10 mil foram condenadas a penas variáveis, das quais, porém, não eram raras as de 5 ou 10 anos de prisão. Um partidário da monarquia-parlamentar, F. Gil Roblés, pregaria, em 1962, um "processo de evolução prudente, condenação formal da violência... a evolução, empreendida a tempo, tornará impossível a revolução".

A resistência operária

Um terceiro e não menos importante problema era o controle do combativo e concentrado operariado espanhol.

As primeiras grandes mobilizações operárias sob a ditadura ocorreram em 1947-48. Greves de metalúrgicos e têxteis envolvem perto de 100 mil trabalhadores em Madrid, Catalunha, País Basco. Desde pelo menos 1950, os comunistas tinham abandonado a tática de construir sindicatos paralelos e praticaram a política de infiltração nos sindicatos verticais. Em muitas dessas greves, enlaces e jurados, isto é, operários que ocupavam cargos sindicais de base, encabeçaram ou articularam as lutas salariais. Em 1958, as reformas econômicas tinham incluído a Lei dos Convênios Coletivos, o que supunha uma negociação salarial, embora a greve continuasse sendo crime político, como confirmaria o "Decreto-Lei sobre banditismo e terrorismo" (1962).

O crescimento do movimento operário era visível. Em 1962, 60 mil mineiros asturianos e 40 mil metalúrgicos bascos acendem o estopim de uma ondagrevista que se estenderá à Catalunha, Valência e Andaluzia. E o presídio político de Carabanchel, ao sul de Madrid, se tornará famoso...

A Lei dos Convênios tinha induzido empregadores e operários a optar pela negociação em nível de empresa, passando por fora da arbitragem dos sindicatos de província ou colocando-os em situação delicada. A aposta do novo ministério era perigosa, como afirmava a "Declaração de Comisiones Obreras de Madrid", em 1966:

"Essa mudança na política econômica exigia certas transformações na legislação trabalhista, nas relações jurídicas entre patrões e operários. Para os que monopólios espanhóis não ficassem asfixiados pela pressão interna e externa, era vital aumentar a produtividade dos operários, isto é, aumentar e sistematizar a exploração dos operários, aplicando as modernas técnicas de racionalização do trabalho, liberdade para despedir, etc., que tão bem conhecemos os operários industriais. Porém, essa operação era irrealizável com as velhas Regulamentações Nacionais do Trabalho, ditadas pelo Ministério do Trabalho, que se por um lado congelavam os salários, por outro também freavam a produtividade dos trabalhadores. Era pois necessário mudar, e para isto se baixou em 1958 a Lei de Convênios Coletivos. Ainda que a imprensa oficial os apresentasse como um instrumento eficaz para elevar o nível de vida do operário, a realidade foi que só serviram, numa primeira fase, para aumentar o

rendimento do trabalhador. Porém, a manobra, como todas as manobras, tinha dois gumes, pois a aplicação da lei punha, pela primeira vez, frente a frente, patrões e operários em volta de uma mesa de deliberações para discutir sobre o contrato de trabalho. Para o capitalismo, a operação era arriscada, porém os monopólios e o Estado acreditavam que o sindicato oficial serviria de intermediário e frearia qualquer ação dos trabalhadores. Efetivamente o Sindicato Vertical, chegada a hora de poder demonstrar alguma validade para os trabalhadores na discussão dos convênios coletivos, se desmascarou definitivamente, aparecendo diante da classe trabalhadora como um instrumento ineficaz e vendido aos patrões".

Mesmo assim, podias-se ver, em algumas empresas, como um balão de ensaio, a experiência de cooptação que o regime faria, posteriormente, em escala nacional:

"Na Siemens, os líderes, jurados de empresa de forte prestígio (que começa a baixar), podem mobilizar o pessoal na hora que querem. E o mobilizam uma vez por ano, para a convenção salarial, em que eles obtêm os maiores aumentos da região. Depois, durante todo o ano, param 10 ou 12 horas, em solidariedade com as lutas mais notáveis. Em troca, esses jurados prometem à empresa que a produção programada será atingida e que não haverá greves selvagens. Se surge um conflito imprevisto, o chefe do pessoal só tem que chamar a um desses jurados e eles resolvem imediatamente o pequeno problema. Nas suas previsões de despesas anuais, a empresa contabiliza as horas de greve toleradas e os aumentos que dará no próximo convênio, que serão devidos à grande luta dos trabalhadores dirigidos pelos seus combativos jurados. Graças a eles, a Siemens é a empresa do Baixo Llobregat que teve o menor número de conflitos desde 1962, apesar dos seus dois mil trabalhadores. A maior dificuldade para a direção consiste em convencer a polícia a não tocar nos seus jurados... Mas, se são presos, a empresa intercede em seu favor e os conserva em seus postos" (J. Sanz-Oller, *Entre el fraude y la esperanza*, ed. Ruedo Ibérico, p. 318) .

* * *

A industrialização havia facilitado algumas coisas, com um nível de consumo e geração de "classes médias" que se conformavam com a falta de liberdades "europeizantes". Mas, por outro lado, o êxodo rural arrancava à oligarquia parte de sua base de manobra. Construindo uma nova economia, o regime abalava suas antigas bases de apoio.

Essa dialética das forças produtivas *versus* relações sociais e instituições políticas exigia um projeto audacioso que domasse o destino com uma grande vontade. E tudo se passou como se um príncipe maquiavélico e não personalizado

articulasse, por entre ziguezagues e equívocos da "fortuna", o parto da nova Espanha, uma ditadura que se reformava.

Driblar os conflitos de autonomia (bascos e catalães) e a massa operária que erguera um poderoso movimento sindical ilegal, á margem dos organismos oficiais: eis o desafio.



1970/75 - COMPLICADORES DA AUTO-REFORMA

Em 1969, Franco decreta o estado de exceção para combater a agitação social e, sobretudo, a guerrilha urbana do separatismo basco. O estado de exceção seria decretado três vezes até 1973. Nesse período, nos presídios nunca houve menos que 500 operários presos por "delitos sindicais". No País Basco, em 1969, cerca de 2 mil pessoas foram detidas e torturadas: 53 julgadas por Conselhos de Guerra e 93 pelo Tribunal de Ordem Pública. Em 1970, o Conselho de Guerra de Burgos condena à morte 16 militantes da Euskadi Ta Askatasuna (ETA — Pátria Basca e Liberdade). As manifestações de protesto são enormes. No centro de Barcelona, milhares de pessoas constroem barricadas nas ruas e cantam a *Internacional*. Em outros pontos da cidade, há comícios relâmpagos. Nos bairros industriais e periféricos, perto de 7 mil metalúrgicos e 4 mil operários da construção paralisam o trabalho em protesto, para reuniões e assembléias onde se discute o processo.

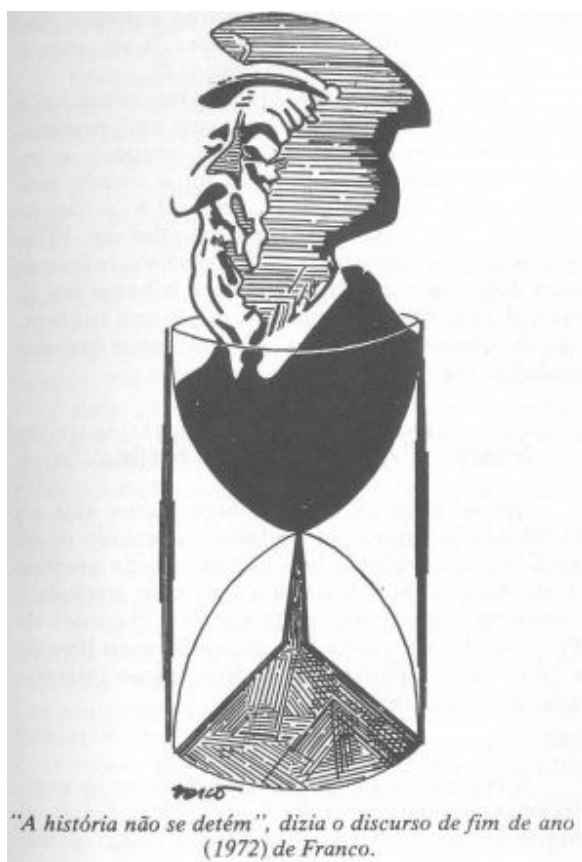
Mas é no País Basco (Euskadi) que a repercussão atinge proporções desafiadoras. Urna greve geral eclode no primeiro dia de julgamento. Manifestações de massa nas ruas fazem eco às denúncias dos acusados, que se transformam em acusadores do regime.

Em 1973, o primeiro-ministro e auxiliar direto de Franco, Almirante Carrero Blanco, é morto num atentado da ETA que lança seu carro a mais de dez metros de altura.

O movimento operário é o outro polo de tensões: de 1969 a 1974, a média anual de grevistas é de 450 mil e as horas não trabalhadas saltam de 4,5 milhões para 18 milhões. Os sindicatos verticais praticamente naufragam e nem mesmo utilizando a sua imensa máquina assistencial conseguem "apelegar" o movimento operário. *Comisiones Obreras* (CCOO), sindicatos clandestinos a cada passo mais coordenados (em nível de região, de nacionalidade e de todo o Estado de Espanha), apareciam já como uma autoridade política indiscutível na luta contra a ditadura.

A morte do Caudilho, em 20/11/75, é quase um símbolo de seu regime. Durante semanas, pulmões, rins e corações eletroeletrônicos sustentam a vida artificial de algo que se teima ainda chamar de Francisco Franco. Antes de sua morte, porém, o regime dava sinais de esgotamento semelhante. Em 1974, Pio Cabanillas, ministro da Informação, demite-se em nome da liberalização política. Comprometido com o ministério desde 1966, provoca a irônica pergunta do jornal francês *Le Monde*: "Cair para a esquerda já é bom negócio em Madrid?".

A 5/12 do mesmo ano, Arias Navarro constitui o primeiro governo da monarquia, com um programa de reformas conservadoras, lentas, graduais e seguras. A "pressão da rua" não foi aquela que a direita temia, nem aquela que a esquerda esperava: 3,6 milhões de grevistas, 110 milhões de horas paradas em 1976. Mas nenhuma "insurreição". Foi porém o suficiente para dizer que o plano Arias-Fraga Iribarne era tímido demais para obter uma transição sem ruptura, que mantivesse no poder as elites dirigentes forjadas no antigo regime.



Suarez: "Antes que seja tarde..."

Em julho de 1976, o rei Juan Carlos alça ao poder Adolfo Suarez, um ambicioso advogado de 44 anos, moderno falangista e ex-ministro do governo Arias Navarro. Suarez articula a ala mais arrojada e "moderna" da ACNP (Ação Católica Nacional de Propagandistas), movimento de profissionais liberais e "notáveis", especialistas no

proselitismo interno e externo do regime.

A regra do jogo, para o governo era essa: que os euro-franquistas organizados por Suarez (Calvo Sotelo, J. Maria Areilza, Pio Cabanillas, Martin Villas) conduzissem a adaptação, modelando e escolhendo os interlocutores das oposições.

Efetivamente, o governo dirigiu o jogo entre os partidários do rei e *também* do lado da chamada "oposição democrática", explorando habilmente suas divisões e inseguranças.

As oposições, nos últimos anos de Franco, haviam se polarizado em duas "frentes": a Junta Democrática, reunindo o PCE (eurocomunistas), o PT (Partido do Trabalho, de ultra-esquerda, próximo do maoísmo), o PSP (Partido Socialista Popular — socialdemocrata) e CCOO, se construíra em junho/74; a Plataforma de Convergência Democrática, juntando o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol — o mais antigo partido operário espanhol, socialdemocrata), Democracia Cristã, ORT (Organização Revolucionária dos Trabalhadores, maoísta), MCE (Movimento Comunista Espanhol, extrema-esquerda, juntava ex-maoístas e dissidências da ETA), fora fundada em junho/75. A fusão das duas se dá em 26/3/76, sob o nome de Coordenação Democrática ou "Platajunta".

A partir desse momento, a nova coligação oposicionista passa a negociar com o poder, através da chamada "Comissão dos Nove". O ponto de partida das conversações era aceitar o caminho proposto por Suarez: moderar as mobilizações populares para não se indispor com o exército e não entravar medidas económicas drásticas para resolver a crise preservando o capitalismo.

No interior dos dois grandes partidos de oposição, PCE e PSOE, mudanças significativas se produzem. A linha eurocomunista, pluralista, gradual, distante da URSS, caminha para abandonar a própria referência ao leninismo e até mesmo a idéia da república. No PSOE, a ascensão de Felipe Gonzalez significa o abandono à referência marxista nos programas e à intransigência na ação.

Nem Chile, nem Petrogrado

O projeto governista "suporta" a anistia, reconhecimento dos partidos, fim dos tribunais de exceção, reconhecimento verbal das nacionalidades (sobretudo basca e catalã), abrandamento da censura à imprensa. Mas exige, em contrapartida, a unidade do Estado e um pacto social de "sacrifícios compartilhados". Sobretudo, o monarca

deveria ser reconhecido como senhor da "abertura".

Hábil navegante, Suarez, o "Golberi ibérico", devia blefar pelos dois lados: "Todo mundo pensava que o Estado legado pelo franquismo era forte: eu deixei que se acreditasse nisso para conduzir a reforma com o menor custo e sem intervenção estrangeira". Como um Arlequim, servidor de dois senhores, "paternalizava" a esquerda e tranqüilizava a direita, garantindo que em Madrid não haveria nem Chile, nem Petrogrado. E olhando para seus vizinhos portugueses, dizia: "sobretudo não teremos revoluções dos cravos". O que fazia sorrir Felipe Gonzalez, líder do PSOE, para quem os espanhóis deveriam "meditar sobre os aspectos negativos da experiência portuguesa".

Desse modo, Suarez arrancaria concessões cada vez maiores da esquerda — retrocessos na legislação social, nos reajustes salariais, nas autonomias—, insuficientes porém para a insaciável voracidade da direita.

1976/1982 -- O CALENDÁRIO DA "OPERAÇÃO CENTRO"

Um mês depois de tomar posse, isto é, a 30/7/ 76, Suarez concede anistia aos antifranquistas. Preparando a legalização dos sindicatos e partidos clandestinos, Suarez seguiria à risca a regra que Martin Villa, ministro do Interior, deixaa explícita em novembro/76: o reconhecimento "será função daquilo que convém à estratégia do governo".

Assim, nesse mesmo ano, a UGT, central sindical socialdemocrata, forte nos anos 30, mas bem menos significativa na resistência clandestina, pôde fazer seu congresso abertamente dentro do País. Ao mesmo tempo, as CCOO são golpeadas duramente. A COS (Coordenação das Organizações Sindicais) aborta em pouco mais de um mês. Estimula-se a divisão sindical para melhor negociar. Permite-se à UGT receber, dos bancos sindicais alemães, um crédito de 340 milhões de pesetas, numa operação avalizada pelo Banco Exterior de España. A injeção permitirá à frágil corrente sindical socialista saltar dos 50 mil (1976) aos 2 milhões de filiados (1978), instalando 1200 sedes em todo o território.

A 15/12/76, realiza-se o "referendo" sobre as reformas políticas, e a 23/12 o PSOE é legalizado. A legalização do PCE só se dará em abril/77 e causará demissão de comandantes militares inconformados. Em abril é aberto o registro às associações sindicais, num quadro ainda confuso, uma vez que apenas em agosto será eliminada a filiação (e contribuição) obrigatória aos sindicatos verticais.

Em 15/6/77 se realizarão as primeiras eleições gerais. Quase às suas vésperas, Suarez consegue constituir a UCD (União do Centro Democrático), resultado da fusão de quinze organizações políticas (socialdemocratas, democratas cristãos, liberais, eurofranquistas). Seu perfil, segundo os fundadores: "articulação política da ideologia da reforma", "expressão da nova sociedade espanhola", "partido das classes médias". Seu programa: "superar a clivagem das duas nostalgias (revolução/franquismo)" e "utilizar a legalidade franquista para construir uma sociedade ocidental".

Criar uma oposição confiável... e assustada

As eleições dão 34% dos votos à UCD, 29% ao PSOE e 9% ao PCE. O período constituinte mostrará mais claramente os detalhes da "estratégia do consenso" — combinação de um plano de saneamento econômico e um pacto político do "mal menor". A austeridade do setor público, restrições ao crédito, estagnação dos salários, liberdades para desempregar são sacrifícios apresentados em troca da "esperança" de que isso recupere a confiança dos investidores e acalme descontentamentos utilizáveis pela extrema-direita. Em outubro/77 o ministro das Finanças, Fuentes Quintana, apresenta esse seu plano, assinado pelos partidos, para ser cumprido pelos trabalhadores e seus sindicatos. É a essência dos chamados *Pactos de la Moncloa*. Apresentado como "esforço comum sobre a base de um autêntico patriotismo para a gestão difícil da mudança", o Pacto é assinado, entre outros, por: Suarez, chefe do governo, Felipe Gonzalez (PSOE), Fraga Iribarne (Aliança Popular — AP), Tierno Galvão (Partido Socialista Popular — PSP), Ajuriaguerra Ochandiano (Partido Nacionalista Basco — PNV), Calvo Sotelo (UCD) e Santiago Carrillo (PCE).

Marcelino Camacho, líder de CCOO e do PCE, saúda o pacto como a "base econômico-social do consenso obtido no debate constitucional". Como, porém, fora assinado pelos partidos e deveria ser cumprido pelos sindicatos, cada uma das agremiações políticas se apressará a "convencer" seus sindicatos das vantagens da rendição.

A legislação determina a eleição dos comitês de empresa para controlar a aplicação dos acordos, condições de segurança, etc. Para participar de qualquer negociação, um sindicato tem que dispor de 10% do comitê. E os convênios assinados por 51% dos representantes são reconhecidos como válidos. Todo partido que quer demonstrar à burguesia sua utilidade deve fazê-lo como "domesticador" do movimento operário, termômetro da "viabilidade" socioeconômica do país.

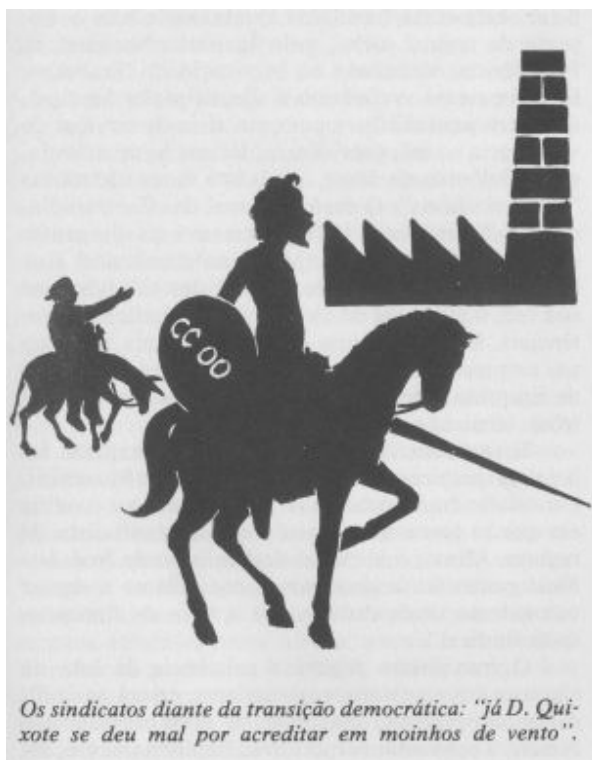
A disputa agora se desloca para as eleições sindicais. No primeiro semestre de 1978, as CCOO elegem 44% dos delegados nos comitês de empresa. A UGT consegue 28% e o restante fica com a USO (União Sindical Operária, que mais tarde se dividiria entre a direita, a UGT e as CCOO) e centrais menores, como os de nacionalidade (como o ELA-STV — Solidariedade dos Trabalhadores Bascos).

É apenas em 24/6/78 que as CCOO podem realizar seu primeiro congresso na

legalidade. Nessa ocasião, a central soma 1,8 milhão de filiados.

Em 30/4/78 o PSOE absorve o pequeno PSP, que obtivera pouco mais que 4% dos votos em 1977. Entre julho e dezembro, o projeto de Constituição elaborado por uma comissão parlamentar (3 representantes da UCD, 2 do PSOE e 1 do PCE) é submetido ao legislativo. Em novembro, no meio desse processo, o governo desmancha uma tentativa de golpe direitista, a "Operação Galáxia". O editorial do diário *Triunfo* comenta que a ameaça de golpe é mais rentável para a direita que o próprio golpe. O que não deixa de ser verdade, levando-se em conta os momentos em que as conspirações aparecem e os pactos sucessivos que o governo arranca da oposição e dos sindicatos.

Pactos, eleições... e golpes



De 1978 a 1979 foram assinados dois Acordos-Marco Interconfederais (AMI), entre sindicatos e patrões, em que mais e mais restrições são feitas ao nível de vida dos trabalhadores. Quando se assina o primeiro ANE (Acordo Nacional de Emprego), em 1980, há cerca de 1,5 milhão de desempregados (12% da PEA); 760 mil postos de

trabalho foram destruídos em dois anos. Em 1981, quando é assinado o ANE-II, a política anticrise prevê as seguintes medidas: contenção dos impostos sobre o capital (não subirão mais que 0,5%); crédito às empresas 3 pontos acima do índice inflacionário; menores custos de seguro social para os patrões; maior liberdade para despedir e para utilizar trabalhadores temporários; reajustes salariais 2 pontos abaixo da inflação. Em troca: promessas de que o governo recomporia os 350 mil empregos provavelmente destruídos em 1982. A curvatura da crise tinha chegado a um ponto em que não se podia prescindir da "rendição" dos sindicatos. Até a morte de Franco, os problemas econômicos ainda não tinham chegado ao fundo e portanto nenhuma política especial era definida para combatê-los. O governo continuava a atender os setores em dificuldades com subvenções, isenções fiscais, créditos. Ao mesmo tempo, estimulava, exageradamente, a ampliação da capacidade produtiva de setores como o siderúrgico, aços especiais, etc. A longo prazo, isso significava endividamento e ociosidade insuportáveis para grande número de empresas.

Até junho/77, à espera das eleições, não se define uma política econômica coerente e acabada. É apenas depois disso que Suarez acentua as medidas de austeridade que visam purgar a oferta através de recessões. A pequena (e média) empresa é atingida, mas é sobretudo sobre os assalariados que a peste se abate: pactos, Estatuto do Trabalho, Lei Básica de Empleo — todos eles indicam retrocessos sociais.

O governo Calvo Sotelo aumenta os expedientes de reestruturação econômica e reconversão dos setores em crise, por meio da socialização estatal das perdas e de uma ofensiva sobre os sindicatos majoritários, instados a "colaborar". A rendição é quase que total, a ponto de Marcelino Camacho, líder das CCOO e do PCE, fazer do "Plano de Solidariedade Nacional" (apertar os cintos para salvar o "país") o ponto-chave do congresso de sua central sindical. Nesse quadro, não é de surpreender o fenômeno de "dessindicalização", principalmente para as CCOO, que passa dos 2 milhões de filiados (1978) a 500 mil (1981). A UGT, que perde filiados em menor quantidade (mas perde), consegue, nas eleições sindicais de 1981, 29% dos votos, contra 30% das CCOO. Em 1982, a central socialdemocrata passaria a ser a "primeira força sindical".

As eleições legislativas de março/79 não mudam muito o quadro das anteriores: UCD, 34,9%; PSOE, 30,5%; AP, 5,7%; PC, 10,8%.

Já se comenta contudo que "nas próximas eleições o PSOE chegará ao governo". Se houver governo...

Em janeiro/81, Suarez se demite. A UCD vai mais para a direita. Não o suficiente, porém, para esfriar outra tentativa de golpe. Em 23 de fevereiro, Tejero Molina, comandante da Guarda Civil, ocupa o senado. O golpe é frustrado e caem em desgraça os generais Milans del Bosch e Alfonso Armada, destituído da vice-chefia do Estado-Maior do Exército. O fiasco não esconde porém a utilidade que tem a presença, "no ar", do clima de conspiração permanente.

Tudo isso para só isso?

Fecha-se, em 1981, o "triênio do desencanto". A reforma política tinha sido forjada sobre duas condições: enterrar o passado e "profissionalizar" o debate político. Mas enterrar o passado, mais que "anistiar" o franquismo, significava para as oposições abrir mão das esperanças que alimentaram, durante anos, a resistência. O discurso "democrático" incide cada vez menos sobre as mudanças da vida real.

Os partidos se "estatizam" organicamente. Enveredando pela "profissionalização" da política e pela desmobilização popular, dissociam crescentemente a luta política e a dinâmica social. A crescente apatia das massas diante das instituições "democráticas" contrasta com a satisfação da "classe política".

Nesse quadro, os espanhóis se preparam para as novas eleições.

O EXÉRCITO DIANTE DA ABERTURA POLÍTICA

A "transição" marcou profundamente a Espanha que agora se preparava para viver sob um governo "socialista". Os mais céticos, porém perguntam se "algo mudou para que tudo continue na mesma". Nas "instituições" mais importantes do jogo político, as transformações são visíveis e o observador que se distancia — como um estrangeiro — não pode deixar de fixar os olhos em dois tipos de atores: o exército e a Igreja católica.

As Forças Armadas foram, desde a guerra civil, o verdadeiro partido único do regime. Até 1963, eram os militares que julgavam os delitos políticos (inclusive as greves e tentativas de organizar sindicatos não-fascistas). Depois de 1963, continuaram ainda julgando os delitos "mais graves". Sobre as fardas caíam os processos impopulares, como o de Burgos, que já mencionamos antes, ou o dos cinco fuzilados antifranquistas de setembro/1975, no "apagar das luzes" do generalíssimo. Esses casos, assim como os suicídios mal-explicados nos cárceres, não passariam sem deixar marcas.

Desse modo, por exemplo, em janeiro/1971, o *Le Monde Diplomatique*, embora errando nos prognósticos da sucessão, apanhava nuanças importantes do silencioso conflito que havia nos quartéis:

"A oposição se manifestou suficientemente forte para induzir os militares a refletir sobre o futuro do país. Agora se sabe com certeza que Burgos foi o ponto de partida de um novo processo não menos importante, que é o que há algum tempo se vem manifestando no seio da Igreja espanhola. O exército e a Igreja, os dois pilares mais poderosos do franquismo, já não são forças homogêneas, indestrutíveis, totalmente a serviço do poder. Quando, no último 30 de outubro, em Bilbao, pela primeira vez alguns manifestantes gritaram "militares assassinos!", o exército rapidamente se deu conta de que corria perigo sua posição de árbitro da situação após a morte de Franco, e que voltava a ser braço direito de um sistema, de um partido. Prontamente, interrogou-se o exército sobre seu futuro, sobre o papel que deve desempenhar dentro da nação. Ao ouvir os gritos de "militares assassinos!", o exército espanhol compreendeu que havia cometido um erro ao levar diante de um conselho de guerra os 16 militantes bascos. A agitação que se produziu em toda Espanha desde o começo do processo de Burgos

permitiu indubitavelmente que os "ultra" reforçassem suas posições e exercessem pressão cada vez maior sobre o Caudilho. O general Angel Campano, governador militar de Madrid, é um dos mais virulentos representantes da linha "dura" do exército. "Temos que acabar de uma vez por todas — declarou certa vez. E preciso instituir o estado de guerra por oito dias e fuzilar cem mil. É a única maneira de evitar uma segunda guerra civil na Espanha".

Porém, frente a militares deste tipo, há outros que formam um grupo mais "moderado". Entre eles, o general Manuel Diez Alegria, chefe do Estado-Maior Interarmas e seu irmão gêmeo, que ocupava o posto de diretor geral da Guarda Civil., O general Diez Alegria é católico praticante e sobre ele exercem influência as idéias liberais de um irmão jesuíta residente em Roma. Em meados de dezembro fez com sua mulher uma viagem de "caráter privado" à Bélgica, onde se entrevistou com certo número de personalidades européias e com os principais dirigentes da oposição moderada. Partidário da reparação de correntes minoritárias", é o general Diez Alegria o mais europeu de todos os generais espanhóis. Porém é difícil saber onde poderá ou desejará ir este general no momento da sucessão".

As divisões entre os oficiais

Em 1975, constitui-se a UMD (União dos Militares Democratas), reunindo perto de 1500 oficiais. Fazia lembrar o Movimento das Forças Armadas, de Portugal símbolo da desagregação do aparato de Estado e de sua guarda pretoriana, acossada por uma guerra colonial sem saída honrosa e por uma economia em decadência. O debate dos militares "profissionalistas" contra os "ultra" se alimentava num livro do general Diez Alegria, *Exército e Sociedade*, que pregava a fidelidade não a um homem ou a uma forma transitória de governo, mas a "um sistema capaz de assegurar sua própria legitimidade". Como Napoleão, o mais europeu dos generais espanhóis entendia que "tudo se pode fazer com baionetas, menos sentarse nelas".

O prestígio do regime entre as Forças Armadas abalou-se ainda mais quando o último governo de Franco literalmente vendeu o Sahara espanhol ao Marrocos.

O processo de "redemocratização" foi consumindo, aos poucos, dezenas de oficiais "linha dura". Quando o PCE foi legalizado (abril/77), o ministro da Marinha, Pita da Veiga, se demitiu; na ocasião do registro dos antigos sindicatos clandestinos (sobretudo as odiadas CCOO), é a vez do general Santiago y Dias de Mendivil abandonar o posto. Mais tarde, a "Operação Galáxia" e o igualmente abortado

"23-F" de Tejero Molina liquidam as carreiras de outros oficiais, entre eles os generais Milans Del Bosch e Alfonso Armada, este último vice-chefe do Estado-Maior do Exército...

Mas a presença vigilante dos "poderes de fato" não desaparecerá. A dinâmica do golpismo, independente de que se materialize, aparece como um trunfo (um blefe?) nas mangas da direita, "civilizada" ou não.

Sintomas dessa surda presença aparecem mais escandalosamente quando do julgamento dos golpistas do "23-F". Os partidos vão à TV pedir apoio ao Rei, solicitam calma (a quem?) e confiança na justiça... O julgamento é tão marcado pelo "não me ouse tocar" do exército, que um oficial (e não dos mais graduados) chega a exigir que, para continuar seu depoimento, seja retirado da sala o jornalista de uma publicação de centro, cujas informações não lhe agradavam. E consegue o "sim" do juiz...

Ironizando, os outros jornalistas diziam que, nesse carnaval, não haveria apenas fantasias de Tejero, mas também de "senadores al suelo".

A IGREJA ATENTA AOS "SINAIS DOS TEMPOS"

Difícilmente uma instituição conseguiria sobreviver dois mil anos sem demonstrar e acumular um sofisticado *know-how* de adaptação aos tempos. A Igreja católica na Espanha apenas confirma essa "sábedoria".

Claramente simpática à inquisição franquista, no que nela havia de mais reacionário (combater a ferro e fogo as "imoralidades liberais", o ateísmo, o comunismo, a anarquia), ela vai assumindo, paulatinamente, um posto de prudente distanciamento. O peso da Igreja no desenvolvimento dos movimentos populares e operários de oposição ao regime só encontra paralelo na atuação dos comunistas. E, não poucas vezes, cristãos e vermelhos trabalharam ombro a ombro na resistência. Os "padrecos" progressistas abriram as portas das paróquias e de suas próprias casas às reuniões de operários, trabalhadores agrícolas, de movimentos de moradores e de militantes do nacionalismo radical basco. Colhiam fundos para os grevistas, faziam sermões para sensibilizar a opinião pública. Não foram poucos os jornais e publicações clandestinos impressos nos mimeógrafos dos "curas". Além disso, os cursos sindicais patrocinados pela Hermandad Obrera de Acción Católica (HOAC) e pela Juventude Operária Católica (JOC) trouxeram ao movimento sindical centenas de trabalhadores que neles aprenderam os rudimentos da organização e da luta de classes. Muitos padres foram detidos sob a acusação de "fomentar as CCOO" e crimes semelhantes.

A atuação desses "soldados de Cristo", se por um lado empurrava e colocava em situação difícil a "oficialidade" (os bispos), era, por outro lado, fundamental para desfazer a imagem de uma Igreja dos poderosos, preparando dessa forma o caminho para sua sobrevivência num pós-franquismo. O *aggiornamento* ressuscitava o "Cristo rebelde" do poeta Antônio Machado:

"No es mi cantar
No devo cantar, ni quiero
Ese Jesus del madero,
Sino el que anduvo en la mar".

Não por acaso, a *Nueva Canción* de Juan Manuel Serrat musicava esses versos, no final da década de 60.

As divisões entre os bispos

A hierarquia da Igreja — a começar pelos bispos de Euskadi — também se moveria nesse sentido. Nos últimos anos de Franco, o cardeal Tarancón, arcebispo de Madrid, personificaria, para os ultras do regime, o "demônio de batina". Encarnando a prudente abertura da maioria dos bispos, representaria a instituição na posse de Juan Carlos, mantendo discrição sobre o recém-falecido Franco, em cujas cerimônias fúnebres o arcebispo de Toledo tece rasgados elogios à ditadura. Numa postura de centro-esquerda, Tarancón tacitamente apóia a monarquia que tende ao "respeito pelos direitos humanos". A oposição tradicionalista mais dura ao arcebispo aparece em grupos terroristas como os "Guerrilheiros do Cristo-Rei", próximos à Fuerza Nueva, Partido direitista de Blas Piñar.

Entre os dois polos, havia alguns arcebispos (Zaragoza, Pamplona, Sevilha) que concordavam com Tarancón mas viam com maus olhos o excessivo distanciamento Igreja-Estado. Estes últimos controlavam a influente Editorial Católica (que edita, por exemplo, o jornal *Ya*), cujos redatores eram, sobretudo, de Ação Católica Nacional de Propagandistas (ACNP), da qual já falamos anteriormente.

Quando da abertura partidária, as especulações sobre a postura da Igreja tendiam a colocá-la na oposição. Contudo, a rigor, os beneficiários maiores da instituição foram os democrata-cristãos presentes na UCD de Suarez. Não seria assim de surpreender que os sindicalistas mais próximos do clero ficassem confusos. A USO, corrente sindical socialista-cristã que se afastara das CCOO no fim dos anos 60, ziguezagueia. O namoro da UCD é forte: a ela é permitido participar da negociação dos novos pactos (1978), mesmo representando perto de 4% dos delegados sindicais eleitos. A operação "terceira força sindical" é publicamente estimulada pelas novas autoridades trabalhistas. A vacilação da USO vale o repúdio da sua co-irmã CFDT (central socialista francesa, de influência cristã). Outra ala da USO ingressará na UGT. Uma terceira ainda ingressará em CCOO, no congresso de 1981, como tendência organizada: a Corrente Socialista Autogestionária.

Nesse trajeto, a Igreja pôde recuperar-se dos namoros de Pio XI com o fascismo. E, com incrível habilidade, pôs uma pedra sobre o passado sem necessitar de alegar nenhum "culto da personalidade".

1982 -- OS SOCIALISTAS NO GOVERNO E A BURGUESIA NO PODER

Desde 1981, pelo menos, os conservadores procuravam formar uma "grande direita", pondo fim á. "política do consenso" do período constituinte. A evolução dos problemas económicos, a fragmentação e desmoralização dos partidos, a dinâmica do processo de autonomia das nacionalidades (bascos e, secundariamente, catalães), deterioração da situação internacional (Afeganistão, Irã, crise económica internacional) fariam a pequena AP de Fraga Iribarne (5,7% dos votos em 1979) levantar a crista e antecipar o epitáfio do partido de Adolfo Suarez: "UCD foi o partido da transição; mas sua tarefa acabou no 23 de fevereiro de 1981". Por que a referência ao 23 de fevereiro de Tejero? Por que já não haveria retrocesso? Ou por que o 23 de fevereiro era sinal de que o projeto da UCD era incapaz de "pacificar" e ordenar o país?

No saldo devedor da "democracia" a direita joga o assassinato dos militares e os conflitos separatistas, a delinquência juvenil, a insegurança noturna, o "desregramento moral", as dificuldades económicas. Não se cansará de desmoralizar os "partidos em excesso que discutem o sexo dos anjos, ao invés de garantir estabilidade e justiça social". As Forças Armadas, Estado dentro do Estado, recebem a mensagem cifrada de Blas Piñar, líder da organização direita Força Nova: "Sob Franco, o povo espanhol, reconciliado, vivia tranqüilo e próspero. Com a democracia, que se deve substituir por outro sistema, tudo vai mal, por causa dos traidores, falsos amigos de Franco que fizeram acordos com os marxistas".

Os "nostálgicos da ditadura" vêm com maus olhos a proliferação da arte "pornográfica" (isto é, antifranquista...) e a liberalização da imprensa, que veicula "até mesmo" anúncios oferecendo relações sexuais não-ortodoxas. Em 1962, o diretor de um diário de Málaga fora preso simplesmente por noticiar uma epidemia de poliomielite. Em fevereiro/81, a grande imprensa madrilenha dava páginas inteiras ao escândalo do azeite deteriorado que causara mortes e seqüelas a milhares de pessoas. Em ambos os casos, eram,. Pertence a este grupo o doenças "de classe": a pólio atingira os trabalhadores agrícolas da Andaluzia, uma das regiões mais

pobres do país; o azeite intoxicador era o "popular", vendido a granel nas regiões operárias. Este último caso, para piorar, trouxe à tona a reivindicação do direito ao aborto, uma vez que havia fortes suspeitas de que as mulheres atingidas pelo veneno teriam provavelmente seus filhos marcados por sequelas comparáveis às da famosa Talidomida.

"Um país em dissolução...", argumentam os duros, quando apontam os desempregados que "povoam" as estações de metrô), a liberalização dos carnavais (proibidos durante 40 anos), em que os foliões se fantasiam de Tejero, o militar golpista, a permissão do ensino público das línguas das nacionalidades oprimidas (a TV catalã transmite em castelhano e no idioma local). Usa-se cada vez mais, em certos círculos, a expressão "borbonear" (gíria para dizer "trair") com respeito ao rei Juan Carlos de Bourbon.

PSOE: o "voto útil"

Nas eleições de 29/10/82, o PSOE de Felipe Gonzalez obtém 46,7% dos votos e a maioria absoluta no senado, uma vez que o "voto distrital à la belga" favorece as grandes formações e superestima o peso das regiões menos habitadas, A UCD quase desaparece (7,2%) e o PCE é torpedeado (3,8%). O "voto útil para mudar" de Gonzalez vem junto à mensagem de reforma moral, esquecimento da "psicose das duas Espanhas" e de uma nova "esperança coletiva". Mas a direita também votou útil, descarregando sufrágios na AP (25,3%). O partido ultradireitista de Tejero tem uma votação ridícula e permanecerá vivo apenas como o fantasma dos quartéis, vigiando o parlamento.

Mas... quem é o PSOE, hoje? Talvez se possa saber pela estranha "tática de reconstrução" do partido no período da abertura.

Legalizado em 1976, realizara seu XXVIII Congresso em maio/79. Felipe Gonzalez, então primeiro-secretário, propõe ao partido retirar de seu programa a referência ao marxismo. É derrotado. Contudo, em setembro, um congresso extraordinário aprova suas teses e Gonzalez assume a liderança do partido, que já está a quilômetros de distância da agremiação fundada por Pablo Iglesias em 1888.

A central sindical do PSOE — a UGT — cumpriu, como já vimos, importante papel no sentido de relativizar o peso de CCOO, sindicato hegemônico pelo PCE. Os

recursos para isso nem sempre foram dos próprios socialistas. A tolerância e mesmo o auxílio da confederação patronal e do próprio governo Suarez praticamente recriaram a UGT aproveitando-se dos erros e indecisões de CCOO.

Para ser governo num Estado burguês — e, mais ainda, numa democracia vigiada — o PSOE teria que demonstrar capacidade para traduzir seus votos no controle das mobilizações sociais e sobretudo do movimento operário. Como isso seria possível, para um partido que dispunha (em 1977) de apenas 1,8 filiados para cada 100 eleitores? Apenas para comparar: na Suécia a relação é de 42,4; na Áustria, 25; França, 31,1; Itália, 4,5; Inglaterra, 5,7; Alemanha Federal, 5,9. E o que se define como militante ou filiado do PSOE é algo bem pouco exigente.

Administrar a crise

Para domar o movimento sindical, além dos presentes patronais, o partido necessitava executar uma escalada burocrática sobre os organismos de trabalhadores. Desse modo, condena o "assembleísmo", submetendo as plenárias operárias aos comitês de empresa eleitos. Mas isso era insuficiente: prega a hegemonia da seção sindical de empresa (cotizantes do sindicato) sobre os comitês. Isso se tornará mais efetivo na medida em que é a comissão executiva da seção sindical que indica os nomes que concorrerão, pela legenda, nas eleições. Imitando o burocratismo que critica em CCOO e no PCE, a direção da UGT expurga os militantes que insistem em desobedecer a essas medidas, decretando intervenção em sindicatos de base ou uniões locais mais resistentes aos pactos com o patronato.

O partido cumpre assim os requisitos mínimos para ser visto como oposição confiável. Ao mesmo tempo, porém, desagrega lentamente suas bases de apoio social, obrigando-se a viver à sombra dos "poderes de fato". Para cumprir todo esse trajeto sem crises freudianas de culpa, o abandono da referência ao marxismo era imprescindível. Afinal, o velho alemão dizia que proletariado e burguesia tinham interesses opostos, mutuamente excludentes. Dificilmente se poderia conservar simultaneamente a fidelidade às duas classes e fazer um "governo de todos os espanhóis".

A declaração de Felipe Gonzalez ao *Le Monde*, um mês depois das eleições, era clara: "É o setor privado que determina o volume de bens e serviços produzidos, do

investimento e do emprego". Como se não fosse o bastante, seu ministro da Economia, Miguel Boyer, era mais preciso: "Os ganhos que resultam do aumento de produtividade devem ficar em mãos dos chefes de empresa, para que eles decidam investir".

O EUROCOMUNISMO EM CRISE

A história do PCE não é mais idílica que a da socialdemocracia. Após o massacre da guerra civil, reconstruíra sua estrutura clandestina no interior do país e se transformara na força política de esquerda mais significativa na organização da resistência operária sob a ditadura.

Após 1960, contudo, como, em outros países, foi açoitado por sucessivas dissidências, diante da necessidade de redefinir sua política frente aos novos acontecimentos nacionais e internacionais.

A primeira dissidência de maior impacto se deu em fins da década de 60, encabeçada por Lister, general comunista do exército republicano. A gota d'água do "racha" foi o desdobramento da questão tcheca. Após a invasão de Praga pelas tropas do pacto de Varsóvia, pondo fim à liberalização da "prima vera" de Dubcek e seus companheiros, a legendária Dolores Ibarruri, a "Passionária" do PCE, protestou contra a iniciativa soviética. Em setembro/68, o PCE emite nota oficial que acelera seu progressivo distanciamento da URSS e da teoria do "centro único" do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em dezembro/69, os pró-soviéticos são expulsos. Em 1970, é o próprio Lister quem se desliga do partido e cria outro, inclusive editando um segundo *Mundo Obrero*, porta-voz oficial da agremiação. As acusações de Lister ao secretário-geral, Santiago Carrillo, incidem não apenas sobre o alinhamento soviético. O general acusa Carrillo de métodos burocráticos, manobras e caças aos dissidentes, em resumo, destruição da democracia interna. "Curiosamente", Lister esquece que semelhantes métodos foram regra no partido no seu período mais "soviético", conforme lembra um outro dissidente (por outros motivos), Fernando Claudin. O próprio *Mundo Obrero* do comité central lembra esse fato, chamando a dissidência de "cheiro de Béria", referindo-se ao cabeça da terrificante polícia secreta de Stalin.

Num progressivo abrandamento, o PCE procura ocupar os espaços políticos da socialdemocracia. O "eurocomunismo" começa a falar na "revolução das maiorias", no "bloco social progressista", isto é, o "conjunto das forças sindicais, políticas, culturais e novos movimentos sociais interessados no avanço da democracia e do progresso". O seu IX Congresso (abril/ 78) recusa o stalinismo:

“Rejeitamos, como estranho ao marxismo, o fe nômeno do burocratismo e do

stalinismo. Nós, comunistas de Espanha, graças à autocrítica, superamos o stalinismo e estamos recuperando a essência democrática e antiburocrática do marxismo..."

Contudo, não faltará ocasião em que grupos de militantes denunciem os métodos stalinistas de Carrillo: a "Carta dos 72 comunistas" expulsos em novembro/78, o "Manifesto dos 200" de 1982, e assim por diante. Esse fato e a política pactista de acomodação à "democracia consentida" serão os grandes cavalos de batalha das dissidências mais recentes. O PCE conseguiu atravessar 40 anos de ditadura evitando a destruição *policial*, mas arriscava enfrentar, com chances de sucesso menos generosas, a destruição *política* da "abertura".

As três alas de dissidentes

Além da corrente de Carrillo, que controla o aparelho do partido e seu comitê central, há, pelo menos, três dissidências importantes: a "renovadora", a euronacionalista e a dos "críticos de esquerda".

A corrente renovadora reúne um grande número de intelectuais e técnicos do partido, muitos dos quais experimentaram mais de perto a convivência com o aparato de Estado (sobretudo o municipal) e assim concedem grande importância à chamada intervenção institucional. Talvez por levar a sério a política de diluição do "consenso", é acusada pelos carrillistas de "socialdemocrata". Alguns de seus integrantes apelam constantemente para um maior distanciamento da URSS, adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) e para a construção de um partido popular de massas, interclassista e com um grau de militância pouco exigente.

A corrente euronacionalista é mais forte no País Basco (onde o PC se chama, na língua local, EPK, Partido Comunista de Euskadi). Aí, a burguesia local tem projetos nem sempre coincidentes com os da burguesia centralista hegemônica em nível de Estado e ancorada em Madrid. Seu partido "clássico" é o PNV (Partido Nacionalista Basco), eleitoralmente majoritário na região. O "espaço socialdemocrata" não é suficientemente ocupado pelo PSOE, debilitado pela sua política centralista, mas, com maior intensidade, pela Euskadiko Eskerra (EE — Esquerda Basca). É na EE que o EPK se integra, ou, para usar o eufemismo insistente dos euronacionalistas, com EE os comunistas mantêm entendimentos para a construção de um "partido de novo tipo que

supere as divisões socialismo/comunismo", originadas na época de fundação da III Internacional...

A "esquerda do PCE"

Contudo, a dissidência mais importante — embora não homogênea — é a que se pode denominar de "críticos de esquerda", presentes majoritariamente no PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha — nome do PC local) e com significativo peso nas bases operárias do partido na região de Madrid (onde se constitui, em 1982, o MRPC — Movimento de Recuperação do Partido Comunista). Em poucas palavras, os "críticos" se definem pelo negativo: combatem a prática do pactismo, da temporização com o imperialismo, e da social-democratização (ou da "perda de identidade" dos comunistas...). Costumam ser chamados — com certa dose de simplismo — de "sovietistas".

Esta última corrente conseguia repercussão dentro e fora do partido, diante da desilusão de muitos militantes da esquerda que opõem a prática de resistência sob a ditadura à prática de consenso e "interesse nacional" do pós-franquismo. Em muitos círculos, germina a "suspeita" de que a recuperação da iniciativa política burguesa não é determinada apenas por razões "objetivas", mas que estas são, elas também, em grande parte determinadas pelo fatalismo e "pessimismo de encomenda" das direções, que, sob este argumento, antecipam que lutar é inútil (quando não "provocador"...))

Contudo, nem sempre os "críticos" chegam ao antipactismo. O "Chamamento aos comunistas", ou "Manifesto dos 200", dissidentes de Madrid, por exemplo, não se posiciona contra os pactos, mas contra sua assinatura em condições desfavoráveis de correlação de forças. Em outros termos, não considera a própria política pactista como elemento determinante para o retrocesso em tal correlação.

No PSUC, Alfred Clemente, líder da *Unió des Sindicats* (poderosa intersindical de Barcelona — maior concentração industrial do país), nos afirmava em entrevista:

"Com esta correlação de forças não se pode assinar, porque não se pode cumprir e vigiar. As promessas do pacto (de la Moncloa) eram contrapartidas puramente teóricas. Os acordos são maus e o pouco que avançam não poderia ser controlado. São tréguas sociais à direita, isto é, rendição paulatina. O mínimo que se exige para acordos globais é que a esquerda esteja no

poder".

A dinâmica do antipactismo dessa corrente é porém explosiva. Em 1981, um panfleto sindical dos comunistas destacava uma afirmação do Terceiro Congresso da Internacional (1921):

"Não é a viabilidade e a capacidade competitiva da indústria capitalista nem a rentabilidade das finanças capitalistas que os partidos comunistas devem respeitar, mas a pobreza que o proleta riado não pode e não deve suportar..."

A resistência aos pactos não é apenas "literária". A CONC (Comissão Operária Nacional de Catalunha — intersindical de CCOO para toda a região catalã), sob influência dos "sovietistas", colocava, desde 1981, a possibilidade de seu desligamento do Acordo Nacional de Emprego e estimulava as resistências localizadas do movimento operário aos expedientes anticrise do patronato. Ou, nas palavras de Alfred Clemente:

"O movimento sindical retrocedeu, dizemos; mas queremos ouvi-lo de Marcelino Camacho. Estamos cansados do ilusionismo sindical. Temos que reconhecer o retrocesso para poder achar o caminho da recuperação. O ilusionismo sindical de Camacho consiste em dizer que a patronal não deseja o ANE e que se o temos é uma vitória dos trabalhadores. Mas não é. Temos que construir uma linha de resistência, estimular a defesa do posto de trabalho, melhorar a capacidade aquisitiva, coisa possível apenas pela ação coletiva, que não baixe a guarda em troca de promessas. Criar novamente a consciência de que lutando se pode conquistar aquilo que retrocedeu. Certo que o desemprego colabora com a desmobilização, mas a outra alternativa é puro retrocesso, tornando os sindicatos instrumentos inúteis aos olhos de qualquer operário que pense".

Os militantes do MRPC, numa atitude seme lhante, estimularam manifestações significativas nos "pueblos" operários que cercam Madrid, como Ge tafe, onde duas greves gerais contra o desemprego mobilizaram, em fins de 1981, cerca de 150 mil trabalhadores. A atitude da direção partidária tem sido a de bombardear essas células "irreverentes", o que leva Fidel Alonso, secretário-geral da União Provincial (intersindical) de Madrid de CCOO, a dizer que o PCE deixou de ser comunista e revolucionário, tornando-se reformista e conciliador. Clemente, por outro lado, adianta que a posição de Carrillo é, para o partido como para os sindicatos, desastrosamente liquidacionista, ao procurar espaços do PSOE pela direita.

O PCE no beco da abertura

Após a derrota eleitoral de 28/10/82, o comitê central evita convocar um congresso extraordinário — reclamado pelos dissidentes — que poderia pôr em discussão toda a política do partido. O CC prefere a opção de substituir, na secretaria-geral, Santiago Carrillo por um homem de sua confiança, Gerardo Iglesias.

A posição do partido, porém, continua difícil. Tentando ficar a meio caminho entre a ofensiva do capital e a pressão dos trabalhadores, deixa passagem livre para a "contra-revolução", fascista ou "democrática". A armadilha do pacto era eficiente: desmobilizar o que quer que seja, contanto que se negocie e, em troca, negociar contanto que se possa desmobilizar. Contudo, isso reduziu os partidos de oposição à triste situação de reféns da burguesia. Para contentar o patronato e o governo, os partidos operários descontentam suas bases, as quais, porém, são o "cacife" político para sentar-se diante da direita na mesa de negociações. Perdendo a autoridade sobre suas bases, perdem também sua utilidade para o regime, como correias de transmissão da austeridade e da "ordem". A partir desse momento, sua sobrevivência depende, cada vez mais, da boa vontade piedosa do regime. Parecem condenados a empalidecer.

* * *

"Os de baixo" não queriam mais viver como antes. "Os de cima" não podiam governar como antes. Mas "os de baixo" não sabiam governar de outro modo. "Os de cima" continuavam governando, mas não como antes. Até quando?

Um livro de ficção política bem sucedido na Espanha, em 1978, trazia na capa a charge de um certo general e o título: "E ao terceiro ano ressuscitou...".

CONCLUSÃO

"Os homens percorrem quase sempre estradas já andadas" (Maquiavel).

"Caminante, no hay camino, son tus huellas el camino y nada más" (Antônio Machado).

Para quem observa a "distensão" espanhola, não será difícil afirmar que, na história dos homens, a prática precede o plano ou, pelo menos, que a ação transborda o plano. Os mistérios da "transição democrática" — que ora se assemelha a um enorme exercício das astúcias da razão, ora a um plano de geopolítica cuidadosamente preparado — fazem lembrar a filosofia hegeliana da história: os homens seguem suas paixões, seguem seu interesse e o realizam, porém, ao fazê-lo, produzem algo mais, algo que está naquilo que fazem, mas não estava nem em sua consciência nem em sua intenção.

Voltemos à partida de xadrez de que falávamos na introdução. Quem é o grande mestre que, para dar xeques utilizando o rei, sacrifica um bispo, um cavalo, uma torre, alguns peões? Não é Suarez, ele também um peão abandonado em meio à partida. Nem o rei, ele também uma peça. Como na extraordinária alegoria do filme de Carlos Saura — *Mamá cumple cien años* — o sujeito regente está ao mesmo tempo em todos e em nenhum dos personagens.

Quem é então o príncipe, que conhece o destino, a fortuna, e opera habilmente na margem acessível à ação, à *virtú*? O pensamento trágico de Maquiavel, que sabia inexorável a fortuna, era também o que mais armava a *virtú*. E o príncipe que bem agia não era aquele que permanecia idêntico a si mesmo, qualquer que fosse a circunstância, mas aquele que "jogava o jogo" e encarnava o homem que a hora exigia. A distensão espanhola é assim uma conquista sem príncipe? Mas... quem venceu a partida?

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Para conhecer a distensão espanhola em suas várias facetas, é quase indispensável ler o que apareceu em jornais como o *Le Monde*, na grande imprensa espanhola, nos jornais e revistas dos partidos e sindicatos, nas publicações dos exilados (como os *Cuadernos de Ruedo Ibérico*) etc., uma vez que é ainda uma história por escrever. Entrevistamos também dirigentes sindicais e partidários.

Contudo, o leitor brasileiro que pretende informações mais detalhadas, terá dificuldades em encontrá-las em língua portuguesa. Aqui vão algumas indicações, geralmente em francês e castelhano.

Para a história contemporânea espanhola, de um modo geral, há p. ex. um trabalho coletivo -- E. Témine e outros, *Histoire de l'Espagne contemporaine*, ed. Aubier, Paris, 1979. Há também o trabalho de Max Gallo, *Historia de la España franquista*, ed. Ruedo Ibérico, Paris, 1971.

Para o riquíssimo movimento operário espanhol, há o livro de José Luís Guinea — *Los movimientos obreros y sindicales en España (1833-1978)*, Ibero Europea ed., Madrid, 1978. O trabalho de Marco Calamai — *La lotta di classe sotto il franchismo*, De Bonato ed., Bari, 1971 —, além da histórica e interessante análise, traz uma boa coletânea de manifestos e documentos das *Comisiones Obreras*.

Em português, o leitor pode encontrar um resumo atualizado e com mais indicações bibliográficas em meu trabalho — *Espanha: das comissões de fábrica às centrais sindicais (unidade e pluralismo)*, ed. Aparte, São Paulo, 1981.

Mas, talvez a forma mais fascinante de "aprofundar" esta pequena introdução aos mistérios da abertura política espanhola seja assistir aos filmes de Carlos Saura e ouvir as canções de Juan Manuel Serrate Lluís Llach.

DA ESPANHA DOS SOCIALISTAS A AZNAR – E DE NOVO AOS SOCIALISTAS

As notas que seguem são uma versão modificada de passagens de um artigo que escrevi para a revista *Lua Nova*, em 2005.

¿Qué pasa con la izquierda?

Nos últimos anos, na Espanha, essa pergunta foi enfrentada por uma grande variedade de estudos, acadêmicos ou não. E alguns deles procuram decifrar a trajetória da esquerda que chegou ao governo, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

Registro aqui alguns dos achados e perdidos desse debate. O leitor verá que ele não interessa apenas aos espanhóis. Selecionei informações de três livros que me pareceram mais polêmicos e sugestivos: *Cambio y adaptacion en la izquierda*. La evolución del Partido Comunista de España y de Izquierda Unida, de Ruiz Ramiro Fernandez (ed. CIS, Madrid, 2004); *El Control de los Políticos*, de José María Maravall (ed. Taurus, Madrid, 2003); *La estrategia organizativa del Partido Socialista Obrero Español*(1975-1996), de Monica Méndez Lago (ed. CIS, Madrid, 2000)

Para ser breve, vou apenas sublinhar algumas impressões e condensar poucas das ricas informações desses estudos. Julgue o leitor brasileiro o quanto a elas se aplica a frase célebre: é tua a história contada.

Uma dessas informações: apenas 15% dos filiados da UGT, central sindical socialista, votam no PSOE, o partido socialista. E apenas 25% dos filiados da CCOO, a central comunista, votam no PCE ou na IU. Uma baixa relação nesse nível, o dos eleitores. Baixa também é a filiação partidária entre os associados de sindicatos. E baixa é a filiação sindical entre os afiliados ou eleitores mais fiéis dos partidos. Esse é apenas um dos sinais da fraca relação entre “esquerda social” e “esquerda política”. Verdade que a esquerda social não está apenas nos sindicatos, mas em numerosos movimentos populares. Mas, estes, também, só se condensam e coincidem em frentes políticas comuns em momentos muito específicos e especiais (e por razões também muito pontuais), como nas manifestações contra a invasão do Iraque e, principalmente, contra a participação espanhola naquela aventura.

Há uma base material para essa fragmentação e “tribalização” da política e dos movimentos sociais, isto é, dessa enorme variedade de movimentos reivindicatórios, movimentos de afinidades e de afirmação de identidades? Sim, parece haver. A flexibilização

do emprego, a descaracterização de carreiras e postos de trabalho, a transitoriedade das ocupações e hábitos (e, claro, também da moradia e dos laços de vizinhança), o torvelinho cultural e valorativo que acompanha todo esse movimento – tudo isso ajuda, e muito, esse movimento de dispersão ou fragmentação. A tal da globalização parece ter substituído a famosa frase do Manifesto Comunista pelo slogan publicitário do leite em pó: tudo que é sólido se desmancha... sem bater.

Mas, além da base material, inegavelmente importante, é preciso olhar para outros fatores. Um deles: essa base material resulta, pelo menos parcialmente, de decisões cumulativas anteriores desses próprios sujeitos políticos: os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais. E entre essas decisões cruciais está o modo como partidos e sindicatos foram se acomodando às instituições reguladoras do conflito. Sobretudo, como foram se acomodando à legislação, às normas sobre funcionamento, ao calendário institucional, etc.. Essas instituições regulam, é certo. Com isso, disciplinam e modelam. E, por fim, definem as identidades e comportamentos.

Sobre os sindicatos, muito haveria para falar, é todo um mundo em mutação. Vejamos, porem, os partidos ideologicamente mais definidos, IU-PCE, mais exatamente. E toquemos, nesse caso, num ponto que também foi fatal para a deterioração do outro partido da esquerda, o PSOE: a sustentação e a autonomização da máquina. Mais de 90% das finanças de IU resultam de transferências de dinheiro público, proporcionais e dependentes de suas votações e cargos. A cotização de militantes é absolutamente insignificante. E 80% das rendas do PCE são... transferências de IU. Ou seja: mesma origem. E, sublinho, esses dados ainda subestimam a vinculação e dependência que estou a sugerir. Seria necessário computar ainda que muitos dos profissionais de IU-PCE são, de fato, funcionários públicos (trabalhando em cargos de confiança, geralmente). Desse modo, não espanta que a vida interna e a vida extra-eleitoral de IU-PCE sejam tão reduzidas. E que seus dirigentes sejam cada vez menos originários das fábricas e cada vez mais de dentro do próprio aparato – como uma oligarquia que se auto-recruta. Não há, aqui, leitor, juízo meu sobre o caráter das pessoas. Não se trata de uma condenação moral a burocratas, oligarcas, caciques, por mais que estes termos estejam evidentemente carregados de valor. Deixemos isso temporariamente de lado. Tentemos ir um pouco além. Temos aí um círculo vicioso?

O livro de Mendes-Lago mostra a crise dos partidos nessa combinação perversa: menor implantação social, crise de legitimidade, falta de democracia interna e declínio organizativo. A experiência do PSOE é assombrosamente educativa, uma lição que vale a pena estudar.

Quando o PSOE chegou ao governo, em 1982, Alfonso Guerra, o apparatchik-mor do partido, disse que ele iria transformar tanto a Espanha que não a reconheceria “ni la madre que la parió”. Não se tem o aval da figura materna, seja ela quem seja, mas é certo que aconteceu também o inverso, ou seja, a Espanha real mudou o PSOE de tal modo que não há mãe que o reconheça. E é esse processo que Maravall tenta exhibir. Não tenho espaço, evidentemente, para descrevê-lo. Apenas para sugerir a relevância da coisa. Vejamos, para isso, um pouco dessa dupla transformação. Devo avisar o leitor que faço aqui uma descrição bastante seletiva.

A trajetória do PSOE

O PSOE chegou ao governo em 1982, uma vitória estrondosa, mais de 10 milhões de votos, maioria absoluta no Congresso. E um slogan forte: Vota por el cambio.

Contudo, “el cambio” não foi exatamente aquele desejado pela esquerda e temido pela direita. O Governo de Felipe González adotou uma política econômica ortodoxa, conservadora mesmo. Convocou para a condução dessas medidas o chamado “beautiful people” do mundo financeiro, como Miguel Boyer, ministro da economia. O cardápio era aquele que seria conhecido de programas de ajuste ortodoxos pelo mundo inteiro: privatizar, desmontar ou “reconverter” empresas estatais, moderar salários, elevar impostos, revogar leis trabalhistas, flexibilizar o mercado de trabalho.

Foram três anos de arrocho e contenção – inferno ou purgatório, a depender do rigor com que se julgue os efeitos. Depois, contudo, o governo obteve um período de paraíso, ou quase isso: crescimento da renda e do emprego, com uma ou outra oscilação. Crescimento combinado, é certo, com muito subemprego e informalidade. E, como ingrediente simbólico nada desprezível, veio a integração na Europa, o fim inequívoco da quarentena internacional a que o franquismo condenara os espanhóis. González parecia conquistar aquilo que parecia ser sua obsessão: “reconciliar os espanhóis com seu passaporte”

O governo socialista enfrentou atritos cada vez mais agudos com a “sua” central sindical, a UGT, por conta das políticas econômicas e sociais. E, do lado da oposição conservadora, encontrou uma persistente e bem orquestrada tentativa de “desconstrução” que, como seus próprios líderes reconheceram, chegou perto do golpe de estado.

Já em novembro de 1984, o jornal *El Mundo*, ponta de lança do anti-felipismo, trouxe à

baila o “Caso Flick”, ecoando declarações de um deputado socialdemocrata alemão: o PSOE havia recebido grandes somas de dinheiro de uma empresa de armas alemã, a Flick. E o dinheiro, dizia a denuncia, teria sido entregue diretamente a González, o novo chefe do governo. Como o slogan do PSOE era «Cien años de honradez», a oposição conservadora lançou-se a desmoralizar o novo governo, organizando uma comissão parlamentar de inquérito. Contudo, puxados os fios do caso, verificou-se que a Flick havia dado dinheiro, de fato, a numerosas fundações alemãs vinculadas a uma vasta gama de vertentes ideológicas (democrata-cristã, liberal, socialista, social-cristã). E cada uma destas mandou recursos generosos para todos os partidos espanhóis de implantação nacional, incluindo a oposição conservadora que exigira a CPI. O resultado da “investigação” foi, mais ou menos, aquilo que no Brasil se costuma chamar de “pizza”: tudo se passa como se González não tivesse recebido dinheiro algum da Flick, os partidos todos teriam recebido apenas ajudas solidárias de seus simpatizantes externos, enfim, nada de mais...

A seguir, contudo, houve um desdobramento do incidente. Negociações mais ou menos discretas entre as lideranças partidárias deram origem a uma nova lei para o regime eleitoral, aprovada, enfim, em junho de 1985. Estabelecia, por exemplo, diversas regras para a composição do parlamento e para o financiamento público dos partidos.

O PSOE ficou doze anos no governo, de 1982 a 1994. E cresceu formidavelmente. Em 1992, era uma máquina de 250 mil filiados e 16 mil conselheiros nas administrações municipais, chefiava o governo de quase todas as 17 regiões autonômicas e de todas as cidades com mais de 50 mil habitantes. Ah, sim, claro, ocupava o palácio de Moncloa, sede do poder nacional.

Os socialistas tinham dois grandes líderes, Felipe González e Alfonso Guerra. González, advogado trabalhista, democrata-cristão na juventude, freqüentador dos ciclos da JOC (Juventude Operária Católica) e da HOAC (Hermandad Obrera de Acción Católica). Personalidade de massas, grande orador, líder carismático. Alfonso Guerra – livreiro, ator, empresário cultural. O homem da máquina partidária.

Guerra fazia questão de ter esse papel, o de “homem do partido”, conforme fez questão de mostrar, quando se chocou com Miguel Boyer, ministro da economia. Declarou, solene: “este não é um governo do PSOE, é um governo de coalizão entre o PSOE e o Ministério da Fazenda...”

A presença de Guerra no ministério parecia garantir a comunicação entre o partido e o governo, mas, na prática, conduziu à subordinação do partido ao governo, em todas as questões controvertidas das reformas econômicas, contendas políticas, etc..

Guerra foi decisivo na organização do partido, de sua máquina, de suas campanhas. Mas, foi, também, fator de muito desgaste. A começar pela multidão de inimigos que foram sendo cultivados pela combinação de seu estilo: mão de ferro, métodos sibilinos e estilo sarcástico. Os métodos sibilinos – seus e daqueles a ele próximos – deram energia e recursos ao partido. Mas, também, atrelaram o partido à corrente interna chefiada por Guerra. E logo envolveram o próprio governo em operações que salpicaram sua imagem pública.

Um episódio relevante nesse contexto ocorreu em 1990. Estourou o caso de má administração de recursos públicos envolvendo Juan Guerra, irmão do vice-secretário geral do PSOE e vice-chefe do governo. A imprensa fez eco, Guerra foi obrigado a se explicar diante de uma CPI. Não convenceu ninguém. A mídia conservadora explorou o fato o quanto pode. Mas – algo sobre o que se deve pensar -- isso em nada prejudicou eleitoralmente o PSOE nas eleições seguintes, em que o próprio Alfonso Guerra apareceu liderando o partido, obtendo a maioria absoluta dos votos., com o declínio dos conservadores e da esquerda comunista (Izquierda Unida, coligação liderada pelo PCE).

O caso mais complexo e instrutivo, contudo, ocorreu em 1991, o chamado Caso Filesa. Dizia respeito à constituição de um consórcio de empresas-fantasma – ou empresas que prestavam serviços fictícios a corporações empresariais e bancos. Na verdade, tratava-se de um esquema de financiamento paralelo do PSOE, para sustentar sua máquina e suas campanhas. González negou ligações com o esquema, dizendo tê-lo conhecido apenas pela imprensa. De qualquer modo, o escândalo evidenciou a vulnerabilidade da legislação de financiamento dos partidos, de controle das campanhas (os tribunais de contas) e, embora centrado no PSOE, deixou suspeitas sobre muitas contas partidárias.

González, contudo, continuava a parecer invulnerável às denúncias e eleitoralmente imbatível. De fato, em sua defesa, podia dizer (e dizia) que, desde 1982, dedicava-se exclusivamente às tarefas de governo, desligando-se quase que completamente das responsabilidades partidárias, que passavam para Alfonso Guerra.

Declínio dos socialistas, revanche conservadora

Em 1993, o PSOE ganhou de novo as eleições gerais, com um milhão de votos de vantagem sobre o PP de Jose Maria Aznar. Mas a margem se reduziu bastante, os socialistas já não tinham maioria absoluta no Parlamento.. E o PP ganhou na maioria das grandes cidades, incluindo Madrid. Em tantos anos de governo, o PSOE concentrara muito poder e... muito

desgaste. Corrupção, envolvimento na “guerra suja” com ETA, persistência de muitos problemas sociais e econômicos, a bonança terminara. Era o começo da queda – sinal mais material disso era que o PP ganhara 10 das 13 regiões autonômicas em disputa. E 42 das 50 capitais de província.

Em 1996, enfim, a “dulce derrota”. A expressão foi utilizada pelo próprio González, uma vez que a diferença, enfim, fora menor do que temia: o PP conseguira 9.600.000 votos, o PSOE obtinha 9.220.000, apenas 1,5% de diferença no total. Sem maioria absoluta, o partido conservador teria necessidade de acordos com as minorias.

A autocrítica de González, em setembro de 1996, no *El País*, é sintomática. Dizia ele: “nós nos institucionalizamos excessivamente, até o ponto que agora nos custa muito fazer oposição.”

A Espanha mudara mesmo, como prometera Guerra, não apenas por causa das políticas do PSOE, mas também por elas. E o PSOE também mudou de modo que não o reconheceria “la madre que lo parió”. Mudara, não apenas por causa das suas políticas, mas também por elas...

Em 1955, 40% da população ativa era absorvida pela agricultura; 90% dos espanhóis eram analfabetos ou tinham no máximo os primeiros anos de escola. Em 1995, 90% deles tinham pelo menos ensino médio. Em 1980, o governo central, em Madrid, controlava 88% do gasto público. Em 2000, cerca de 30% já eram controlados pelas 17 autonomias, 57% pela administração central. O resto ficava com as municipalidades. Era, enfim, um outro país.

Mas... porque o PP se estabiliza no governo, a ponto de garantir dois mandatos e se credenciar para um terceiro? Os analistas juntam vários motivos e explicações, todos eles bastante razoáveis. Primeiro, a ausência de um partido claramente de direita -- o PP se modernizara, “penteando-se” adequadamente para exibir um perfil de “centro”. Depois, havia o calvário e a necessária penitência do PSOE - eleitores desmotivados, absenteísmo de esquerda, tudo isso dava muito mais chances de vitória e estabilidade para a direita. Terceiro, a bonança econômica, não dependente do PP, pelo contrario, mas muito real, inclusive por causa dos fundos europeus, que financiaram tanta construção civil, tantas obras publicas, tantas políticas sociais de redução da pobreza e amenização das desigualdades.... Bom, nesse caso, talvez tenha dito o famoso “eleitor médio” das estórias que nos contam: “fique o PP no governo e que do resto cuide a virgem Maria ou o Real Madrid, conforme a devoção de cada um.”

Nesse quadro, as eleições de 2004 não pareciam prometer muita surpresa ou mudança.

Até uma semana antes, PP era claramente favorito. Houvera uma ligeira recuperação do

PSOE, mas todas as pesquisas e jornais davam-na como insuficiente para ameaçar os conservadores. Dai acontece o atentado sangrento de 11 de Março (el 11-M). Em outras circunstâncias, talvez isto ajudasse Aznar e seu candidato, Mariano Rajoy, ministro do interior e principal homem do combate “anti-terror”, anti ETA. Os conservadores haviam centrado a campanha no fantasma do separatismo basco e da alegada tolerância dos socialistas e seus aliados para com os “terroristas etarras”. Mas talvez não tenha sido o atentado, propriamente, o fator que alterou a correlação eleitoral. Talvez tenha sido... a tentativa grosseira de utiliza-lo para ampliar a vantagem sobre os socialistas. O governo Aznar manipulou acintosamente as informações para difundir rapidamente que o atentado era coisa da ETA, a besta-fera preferida do PP – afinal, esta estória lhe convinha. A ministra do exterior chegou a difundir um telegrama caricato onde simplesmente dizia que os diplomatas deveriam utilizar todos os recursos para evitar que sequer se insinuasse outra versão.

Até mesmo os líderes socialistas pareceram paralisados, admitindo tacitamente a versão oficial. Como isto foi recebido pela população espanhola?

Bem, para responder a essa pergunta convém lembrar que, nas eleições anteriores, o PSOE não tinha sido derrotado apenas pelo PP, mas também (e talvez principalmente) pela abstenção ou apatia do eleitorado mais à esquerda. O enfraquecimento da esquerda “política” (melhor dizendo, partidária) não significa, necessariamente, que tivesse havido, na mesma proporção, o esvaziamento da esquerda “social”, de uma miríade de movimentos e organizações de interesses e afinidades dos mais variados tipos. Uma mostra disso apareceu nas enormes mobilizações contra a invasão do Iraque, eventos em que esses diversos e fragmentados atores encontraram uma praça em comum. Diante do atentado e das manobras de Aznar, em apenas dois dias, esses grupos, indivíduos, movimentos e associações teceram uma rede espantosa de correios eletrônicos, mensagens de celulares, panfletos e blocos de manifestantes de rua, faixas, cartazes, pichações. Formou-se uma “ola” gigante aparentemente espontânea, mas fundada em anos e anos de conflitos, sofrimentos e humilhações – e de cinzento trabalho organizativo. Uma das frases mais frequentes em faixas e pichações era esta, sintética e eloquente: “Tua guerra, nossas mortes”. Quando sábado chegou, o vínculo entre a política de guerra de Aznar e o atentado estava fortemente enraizado entre os eleitores, o destino dos conservadores estava selado. E no domingo das eleições, o jornal El País, alinhado com os setores mais moderados do PSOE, saiu com uma manchete escandalosa e pouco usual: Aznar mentiroso! O PP não perdeu apenas para o PSOE. Perdeu, principalmente, pelo aumento de eleitores presentes, pela redução da abstenção. Em números absolutos, o PP

teve, até, mais votos do que na eleição anterior. Mas os que antes não votaram, os que, talvez, não estavam propensos a votar, decidiram ir às urnas e eleger quem tinha condições de mandar Aznar para os ares. Era Rodriguez Zapatero.

Esse descolamento entre a esquerda partidária, fortemente institucionalizada e burocratizada, e a esquerda social, fragmentada, segmentada, setorial, não é uma particularidade da sociedade espanhola. É um fenômeno mais amplo e geral – e um problema a ser decifrado. Para quem quer entendê-lo, para quem quer entender a política de nossos dias – e para quem quer mudar essa política.

Diário de Cátedra

Reúno aqui uma seleção de textos que escrevi para o Jornal da Unicamp, em 2004, quando estava na Universidade de Salamanca, como professor visitante. A seleção exclui aquilo que é muito redundante e excessivamente datado.

Os espanhóis e o ensino superior

Em 1975, quando Franco morria e o franquismo se desmanchava, apenas 2,3% da população economicamente ativa de Espanha tinham educação superior. Vinte e cinco anos depois, esse percentual chegou aos 10 pontos.

Ainda nesse final de século, entre os espanhóis de 25 a 64 anos, 21% tinham algum tipo de educação terciária. Mas, quando consideramos a faixa dos 25-34 anos, aquela faixa que foi graduada já no pós-franquismo, o índice salta para 33%. O contraste entre gerações só não é maior porque as escolas superiores espanholas incorporaram, decididamente, muitos indivíduos acima da chamada “faixa adequada”, a dos 18-24, que, definitivamente, não parece adequada para analisar países de urbanização e escolarização tardias.

O censo de 1991 registrava que cerca de 20% dos estudantes universitários eram filhos de operários. Mas, grande como pareça este número, ainda temos, aí, uma sub-representação, um sinal de exclusão: afinal, 36% das famílias espanholas tinham “chefes” operários.

No final do milênio, a Espanha tinha cerca de 1,6 milhões de estudantes de nível superior, para uma população de 40 milhões. O Brasil, na mesma data, tinha quase 3 milhões de estudantes, mas para uma população mais de três vezes maior. E, sublinhemos, uma população mais jovem, mais próxima da famosa “idade adequada”. Quantos estudantes deveríamos ter, para alcançar a Espanha?

Perto de 90% das matrículas do nível superior, na Espanha, estão em escolas públicas. Muito diferente do Brasil, onde perto de 70% “pertencem” ao setor privado – e esse “pertencem” tem muitos e importantes sentidos. A propósito, poucos países têm perfil similar ao do Brasil, neste aspecto. Japão e Coréia são os exemplos mais fortes de presença grande de escolas privadas. Mas, lembremos, são países com renda per capita muito superior à do Brasil e desigualdades

de renda e propriedade bem menos acentuadas. A Coréia, aliás, estimulada e apoiada pelos Estados Unidos, fez uma reforma agrária que no Brasil seria chamada de comunista pela imprensa falada, impressa e televisada, imprensa sempre muito propensa a confundir liberdade e propriedade.

Porém, ainda há uma importante qualificação a ser feita no parágrafo anterior: escola pública não quer dizer necessariamente gratuita. Assim, como, em certa medida, empresas públicas de energia, transporte ou telefone também não tenham essa implicação. Escola pública não é gratuita na Espanha, nos Estados Unidos, em Portugal, na Austrália e em muitos outros países do mundo.

Um estudante espanhol paga perto de 1.000 dólares anuais (dependendo da carreira) por um curso de graduação. Não é tanto, para um país de renda per capita de US\$ 15 mil (a do Brasil é inferior a US\$ 3 mil). Um college público norte-americano custa ao estudante perto de US\$ 1,8 mil anuais. Mas a renda per capita nos EUA é mais de dez vezes a brasileira. Equivale, talvez, a renunciar a um bom hambúrguer (bom hambúrguer?!) por dia. Comparando de modo grosseiro, mas suficiente para ver o tamanho da encrenca, é como se o estudante brasileiro pagasse mensalidades de menos de 20 dólares, aproximadamente. Perto de 2,5 milhões de brasileiros pagam mensalidades muitas e muitas vezes maiores do que isso, em escolas privadas de qualidade, digamos, bastante variada. A indústria do ensino superior privado, no Brasil, fatura 12 milhões de reais ao ano. A indústria editorial, pouco mais de 2 milhões, metade deles, mais ou menos, com material para escola básica. Pouquíssimo com livros de tecnologia e ciência em geral. Por esses números podemos ter uma idéia da qualidade das coisas.

Em quais desses países temos universidades “públicas”? Em quais deles temos acesso mais democrático à cultura acadêmica? O mundo está cada vez mais complicado e cada vez mais distante do que ensinavam as cartilhas da antiga Alemanha Oriental, da Romênia ou da Albânia, outrora “pátrias” bem policiadas do pensamento progressista. Mas, nós, em grande medida, ainda não atualizamos nossas lentes. Não, “atualizar” não é um termo adequado, porque muito do que precisamos para analisar este mundo novo já foi ensaiado em um escritor do século 19, um certo barbudo que tem bem pouco a ver com os três países logo acima mencionados, apesar das aparências.

* * * *

A reforma modernizadora da universidade espanhola

A universidade de Salamanca tem vários séculos de existência e sua história é um retrato das transformações do sistema de ensino superior espanhol. Nascida no século XIII, a USAL foi importante centro gerador e difusor de cultura na Idade Média, na Renascença e na Ilustração. Inteiramente reformada pela vaga liberal do século XIX, foi também um exemplo da implantação, na Espanha, do modelo francês de universidade.

Até a metade dos anos 1970, eram poucas e pequenas as universidades espanholas. Não mais do que 11, em geral sediadas em instalações que o poder público tomara, por diversos modos, de propriedades da Igreja. Com isso, não eram apenas os espaços que as universidades herdavam: era parte do ritual, do caráter elitista, dos modos de organizar a vida acadêmica, dos gestos e práticas de ensino.

Na metade dos anos 1960, movimentos inconformistas de estudantes e professores começam a empurrar as universidades para mudanças profundas, com a massificação do ingresso, a incorporação significativa da população feminina, a saída de professores para estágios no exterior, a criação de centros de pesquisa e a substituição das cátedras pelos departamentos. Perto de 1968, surgem as novas universidades autônomas de Madrid, Barcelona e Bilbao. As reformas legais mais profundas aparecem na Lei Geral da Educação, LGE, de 1970, cinco anos antes da morte de Franco, como destaca o vice-reitor de planejamento da USAL, J. M. Hernández Dias, a quem devo muitos dos dados que utilizo aqui.

São reformas modernizadoras nas estruturas e normas gerais, mas conviviam com aquilo que o regime permitia, no restante: uma política tradicionalista, do ponto de vista dos conteúdos e das formas de pensamento toleradas. A reforma demorou para “pegar”. E o sistema demorou para ampliar-se rumo à massificação, que se daria no final dos anos 70 e, sobretudo, durante os governos socialistas.

Assim, cresce o número de estudantes de nível superior: em 1970 – 352 mil; 1975, 538 mil; 1980, 698 mil; 1985, 935 mil. Entre 1968 e 1973, foram criadas onze novas universidades públicas. E, entre 1977 e 1982, mais sete. Nasceram, também, as Universidades Politécnicas, reorganizando e agrupando instituições de ensino antes separadas. Criam-se novos campus e colégios universitários nas instituições já existentes. Em praticamente toda a Espanha, são

colocados sob a égide das Universidades os estudos universitários de curta duração e de carácter técnico-profissional, as “Diplomaturas”, as Escolas de Magistério, as Escolas técnicas.

A LGE de 1970 estrutura o ensino superior, no nível de graduação, em dois ciclos (como ainda é hoje, em essência), sendo que as instituições podem oferecer cursos da seguinte maneira:

- primeiro ciclo exclusivamente, de 3 anos, conferindo o título oficial de diplomado universitário, professor, engenheiro-técnico ou arquiteto-técnico;
- primeiro e segundo ciclo: nestas, a obtenção do primeiro não dá direito a nenhum título, só a completar o segundo, quando se obtém, então, o grau de licenciado, engenheiro ou arquiteto. Duração de 4 ou 5 anos, exceto Medicina (6 anos)
- instituições que se dedicam apenas a ensino de segundo ciclo (mais dois anos): podem ingressar os estudantes que concluíram o primeiro, diretamente, ou mediante a realização de disciplinas complementares, de adaptação. É o sistema de “pasarelas”, similares aos “transfers” do sistema norte-americano de junior/senior colleges.

Com as “pasarelas”, pretende-se que um estudante que faça um primeiro ciclo tenha acesso a um segundo de outra carreira. Mas a regra não se aplica a todos os cursos e carreiras. Existem aquelas que devem ser seleccionadas desde o começo, como Direito, Medicina, Farmácia, Veterinária, Psicologia, etc.

E as universidades privadas? Sim, existem, e há bom tempo. Em Salamanca mesmo, há a Universidade Pontifícia, criada em 1941 e atualmente com uns 5 mil alunos. Nasceu como resultado dos bons relacionamentos entre Franco e o Papa Pio XII, que abençoara o regime. Esta origem, contudo, não garantiu a Franco nenhum alinhamento ideológico automático. Pelo contrário, houve momentos, como no mandato de João XXIII, que a UP acolheu duros críticos do regime. Várias outras instituições privadas católicas surgiram, em Madrid, Navarra, Bilbao. Apenas em 1992, contudo, surgem as universidades privadas empresariais, com fins lucrativos. E cresceram muito no governo conservador do Partido Popular.

Ah, atenção, ensino superior público não quer dizer gratuito. As taxas – em média, dependendo do curso e carreira, de uns mil euros anuais – cobrem, no caso de Salamanca, por exemplo, pouco menos de 1/3 dos custos da instituição. Há perto de 50% dos estudantes com bolsas,

que lhes garantem o pagamento dessas taxas e, em outros casos, também a alimentação e o transporte, por exemplo. Isto faz com que, nas universidades públicas espanholas, haja uma representação estatística das classes de renda baixa e média-baixa bastante mais significativa do que no Brasil. A decisão sobre taxas e bolsas depende da declaração de imposto de renda, que aqui, contudo, diferentemente do Brasil, é um instrumento sério.

* * **

Dos Españas

Na manhã do último domingo de setembro, rumou para Salamanca um pedaço da “Espanha profunda”. Caravanas de ônibus turísticos despejavam señoras y señores muy elegantemente trajados. Carregavam grandes pálios, cajados e bastões prateados, faixas cruzando o peito, medalhas pendendo de pescoços, bolsos e lapelas. Dirigiam-se a uma capela, em que se celebraria a Peregrinação Nacional de Irmandades e Confrarias. Circunspetos fiéis levavam seus filhotes, certamente para educá-los na sadia crença. Mas estes não pareciam tão preocupados com a transcendência e os rituais. Aqui e ali comentavam sobre o momento de abrir las botellas e cantar la malaguena, la salerosa.

“Una España que muere y otra España que bosteza”, dizia Antonio Machado. Talvez, para jovens como estes, dubiamente participantes de peregrinação que visivelmente não é a sua, o poeta tivesse escrito: “Españolito que vienes al mundo te guarde Diós; uma de las dos Españas ha de helarte el corazón”.

* * **

Fundamentalismo.. católico

Foi com a Espanha profunda que os socialistas trombaram no seu primeiro governo, nos anos 80. O ministro da educação de Felipe Gonzalez, o cientista político Jose Maria Maravall, resolveu levar a sério seu republicanismo. Contestou a existência de aulas de religião (católica, por supuesto) nas escolas públicas (católicas, por supuesto), com professores pagos pelo estado. E condicionou subvenções a algumas regrinhas básicas de cidadania: que não houvesse discriminação aos estudantes com outras crenças ou sem crenças religiosas, que houvesse representação de professores, funcionários e usuários na administração das

instituições receptoras de fundos. Coisinhas como essas... Grita geral da hierarquia (não, necessariamente dos católicos, das hierarquias, sim)

Agora, Zapatero bate nas mesmas duas teclas. E tem igual recepção dos bispos. A isso se somam três outras polêmicas decisões, promessas de campanha: aperfeiçoamento da lei do aborto, o divórcio e o casamento de homossexuais. Quanto ao divórcio, já se brinca que os curas agora terminam cerimônias matrimoniais recitando: até que Zapatero vos divorcie... E quanto aos gays e lésbicas, os bispos dizem que o governo está cunhando moeda falsa, reconhecendo direitos que não existem e, acreditem, “espalhando um vírus mortal para a sociedade espanhola”. Não, não é brincadeira: é citação literal.

Zapatero foi pessoalmente à TV, para dizer que era preciso acabar com uma discriminação de séculos. A polêmica vai render.

* * **

Católicos e comunistas na resistência ao franquismo

As relações dos católicos com socialistas, comunistas e republicanos sempre foram algo tensas, nem sempre, porém, nem em todos os níveis, tão conflitiva. Em alguns momentos, todo o contrário se passou. Acaba de sair um livro, de um professor de Cadiz, sobre os cristãos e marxistas na luta anti-franquista. Vasto estudo, detalhando e dando muito mais substância a algo que eu já tinha visto, há perto de 30 anos, quando começara a me interessar pela reconstrução do movimento operário e popular espanhol, sob a ditadura.

Creio que jamais será possível exagerar a importância, para o crescimento da “esquerda social” espanhola, de duas grandes igrejas: a comunista e a católica. Graças a suas amplas redes de contatos, legais ou clandestinos, elas colocaram à disposição do movimento operário e popular canais por onde se difundiam informações e experiências e por onde, de quando em quando, encontravam apoio e refúgio militantes cujos nomes tivessem caído nas fichas da polícia ou nas listas negras dos patrões.

Muitos heróis anônimos – e outros depois famosos – começaram suas caminhadas redentoras em reuniões que se realizavam em paróquias suburbanas, sob a proteção das batinas – a blindagem de las sotanas, rangiam os tiras de Franco.

A HOAC (Hermandad Obrera de Acción Católica, ACO, no Brasil) e a JOC (Juventud Obrera católica) forneceram um grande número de lideranças para o movimento popular e para o sindicalismo clandestino de Comisiones Obreras. Nessas frentes de massa, eles trabalhavam ombro a ombro com comunistas, republicanos, socialistas, anarquistas. Só não trabalhavam com o diabo, porque este parecia mais ocupado nos jantares e brindes que os cardeais ofereciam ao caudillo de España por la gracia de Diós y de la Virgen Maria. Cada um com seu Deus. Os cristãos da periferia recitavam outras orações: “no puedo cantar, ni quiero a este Jesús del madero sino al que anduvo en la mar”

* * **

Novos cenários, novos personagens – Espanha e Brasil

Entre 1950 e 1975, a Espanha passou por uma transformação econômica em alguma medida similar à do Brasil (1950-80): aceleraram-se a industrialização, a urbanização e as migrações internas. Há diferenças, porém. Entre elas, uma notável emigração, para países da Europa Ocidental, principalmente: diariamente, mais de 200 espanhóis deixavam o país, totalizando 1, 12 milhões entre 1961 e 1975.

A migração interna foi intensa, concentrando gente nas regiões de grande crescimento da indústria e da construção civil: Barcelona, Madrid, províncias bascas. Madrid-região, por exemplo, concentrava 6,9% do total do país em 1950. Passou para os 11,2% em 1970.

A capital cresceu, mas seu entorno também. Ao longo do eixo sul, com a indústria metal-mecânica, principalmente, vicejaram os pueblos de Getafe, Móstoles, Leganés, Alarcón. No eixo leste, ao longo da estrada que vai para Barcelona, Alcalá de Henares. Você leu com atenção a terrível notícia sobre as bombas em Atocha, em março de 2004? Então, deve lembrar desses nomes: é por aí que passam os trens suburbanos, a extensão recente do metro madrilenho, construída exatamente para atingir essa periferia proletária. Quem conhece São Paulo pensaria, claro, no ABCD, em Guarulhos, em Osasco. Não estaria de todo errado...

Mais de um milhão e meio de migrantes chegaram à província de Madrid entre 1940 e 1975. Esse movimento foi responsável por 65% do crescimento de sua população nos anos 1950, 58% nos anos 60, 37%, nos 70. Atingiu níveis altos a população que residia em Madrid e suas “cidades-satélites”, mas que havia nascido fora: sempre algo em torno de 50%, em 1970.

A maioria desses “desplazados” possuíam unicamente estudos primários. Dirigiam-se para a construção civil e para os serviços domésticos, depois para a indústria. Não, não estou falando de Diadema nem de Osasco.

Esse movimento concentrou o proletariado para que pudesse ser utilizado e controlado pelo capital, claro. Mas, também, estimulou a criação de novas redes de solidariedade e novos hábitos coletivos. Foi nesses bairros e pueblos obreros que se formou a esquerda social do antifranquismo. Aí construíram não apenas suas casas, mas também seus instrumentos de luta, os grupos católicos, maoístas, trotskistas, socialistas, o velho Partido Comunista, as Comisiones Obreras, . Cultivaram, nesses bairros, nas suas associações de vizinhos, paróquias, bares e esquinas, o viveiro de uma cultura da resistência. Sim, novos personagens entraram em cena, para lembrar a frase de nosso saudoso Eder Sader, a respeito de fenômeno tão parecido, na Grande São Paulo. Esse quadro, por si só, já constituiria fascinante motivo para escrever a história da Espanha recente, com um olho no Brasil - e vice-versa. São semelhanças, não são coincidências, são filhas de um mesmo movimento, aquele que avassala o mundo, não mais sob o signo da cruz, mas do cifrão.

* * **

Transições, tremores, temores

Na primeira vez em que vim à Espanha, para um “passeio de reportagem”, julgava-se o 23-F, a tentativa frustrada – e canhestra – de golpe militar que ocorrera no ano anterior (o 23 de fevereiro, claro). Era o tema da hora em todo lugar por onde passei, em Madrid, em Barcelona, no país basco. Até porque a sombra dos militares – dos poderes fáticos – pairava sobre a jovem democracia, tutelada e temerosa.

Agora, o assunto é o 11-M (o 11 de março das bombas nos trens do subúrbio), que se costuma associar ao 11-S (o das torres gêmeas americanas). Poucos meses se passaram, mas muitos livros já foram editados. De todo tipo: depoimentos, reflexões sobre os desafios do crime organizado e do terror político à organização da justiça e da polícia e, é claro, interpretações sobre as consequências do evento. Neste último aspecto, há uma prova de como o modo de olhar é tudo na vida. Como dizia o poeta andaluz, “o olho que te vê não é olho porque tu o vês, é olho porque te vê”. O que não nos impede de examinar os diferentes olhos e ver suas diferenças. Um livro chamado Dias de Infância, de Enrique Diego, tenta provar que o PSOE e a

mídia construíram uma grande conspiração para aproveitar o sangue dos mártires e vencer as eleições. Essa é a infâmia a que se refere o título. De outro lado da cerca, 11-M – Mentira de Estado, de Pepe Rodriguez, faz exatamente o contrário: aponta que Aznar e a direita tentaram utilizar a “mentira basca” para não apenas se livrar da enrascada, mas, ainda, ganhar com o medo do terror, que havia sido sua grande bandeira de campanha. Aliás, como estive aqui no começo deste ano, vi um pouco do massacre televisivo que tentava associar Aznar à segurança e a oposição ao terrorismo. Nada a dever para os piores de programas de tv brasileiros sobre crimes na cidade, a lei e a ordem.

A vida é engraçada, já dizia o sábio Tim Maia. Em 1982, ano do julgamento do 23-F, também se estava à beira de eleições. O governo conservador afundava e muitos tinham como quase certa a vitória do PSOE. O julgamento e o clima que em torno dele se criou não produziram pavor que jogasse os eleitores para direita. O PSOE ganhou. Agora, tinha-se como quase certa a vitória de Aznar e a continuidade de sua política de alinhamento com Bush. A tentativa desastrosa de tirar proveito do atentado saiu pela culatra. Manifestações monstruosas – que já vinham da oposição à invasão do Iraque – exibiam faixa curta e grossa: “Tua guerra, nossos mortos”.

Muitas outras coisas ainda estão por serem deduzidas dessa lição. Uma delas é a aparição, com muito mais força, do problema dos imigrantes, grande maioria dos mortos naqueles trens malditos. Muitos deles sem papéis, ilegais. Mas trabalhadores. Outra indicação: há, no plano nacional, uma espécie de bi-partidarismo de fato. Em 1996, desgastado o PSOE, por muitos motivos, seus eleitores (e os eleitores de esquerda em geral) ficaram em casa, enquanto a direita ganhava. Agora, o PP não perdeu votos, até ganhou alguns. Mas o número de votantes cresceu enormemente. Os eleitores de esquerda e centro-esquerda resolveram que era urgente sair de casa e votar – e votar em quem tinha chance de espremer Aznar para fora do jogo. Zapatero, o chefe de governo do PSOE, ainda não é, de fato, um líder de massas. Mas tem a chance de se tornar um nome importante na Espanha e no tabuleiro internacional. Saberá fazê-lo? Conseguirá convencer seu público que é verdadeira sua frase famosa: “o poder não vai me mudar”? Está em aberto, como toda a história que se vive, não aquela que se conta e ajeita.

Eu disse que questões como essas interessam não apenas a espanhóis. Nós, brasileiros, por exemplo, vivemos a experiência dos “autênticos” do PMDB e da transformação de muitos deles, incluindo os que se diziam comunistas, em obreiros na máquina de caciques desse partido.

Vivemos o surgimento do PSDB, revolta “ética” contra o quercismo e similares, logo depois entrando no mesmo rumo e, inclusive, incorporando líderes do quercismo que apedrejavam. E, agora, vivemos as metamorfoses do PT, ainda em andamento, condensando, em tempo recorde, muitas dessas fases.

São esses, também, os problemas tratados no livro de José Maria Maravall. O autor não é pouca coisa. Peso pesado da ciência política espanhola, dirigente do PSOE e ministro de Felipe Gonzalez. O livro, *El control de los políticos*, tem duas caras, que vão se revezando diante do leitor. Por um lado, diálogo com modelos explicativos da ciência política sobre partidos, eleições, lógica da ação coletiva, corrupção. Por outro lado, a base empírica apresentada pelo autor para ilustrar problemas que levanta: a Espanha do PSOE, ou o P SOE dessa Espanha. Para o leitor não especialista, esta é, me parece, a mais fascinante. Até pelas transposições, analogias e comparações que pode sugerir.

Quando o PSOE chegou ao governo, em 1982, Alfonso Guerra, o *apparatchik*-mor do partido, disse que eles iriam transformar tanto a Espanha que não a reconheceria “ni la madre que la parió”. Não se tem notícia de entrevista com a citada figura materna, mas, se vale um testemunho alternativo, aqui vai. Tive oportunidade de conhecer o feto, ainda em 1982, e o adolescente resultante (em 1998) e, agora, o adulto (já submetido a uma fase de reeducação pela nova direita, o PP de José Maria Aznar). Pois bem: aconteceu também o inverso, ou seja, a Espanha real mudou o PSOE de tal modo que não há mãe que o reconheça. E é esse processo que Maravall tenta exibir. Não tenho espaço, evidentemente, para descrevê-lo. Apenas para sugerir a relevância da coisa. Se alguém tiver interesse, empresto os livros...

* * **

Imigrantes, ETA, o anonimato das grandes cidades

Os imigrantes são responsáveis por 90% do crescimento da população espanhola nos últimos dez anos. E são bastante convenientes para Espanha do ponto de vista econômico e, sobretudo, no balanço fiscal. Trabalham, geram renda e tributos. Pagam impostos e seguridade social e... consomem poucos benefícios (ainda são jovens...). Os jornais têm acentuado essa questão, sobretudo por conta da crise dos “sem papéis” que o governo Zapatero tem tentado resolver. Há quase dois milhões de imigrantes com permissão de residência e filiados à seguridade social. Com permissão, filiação, contribuição.

Aos olhos do observador atento, o metrô de Madrid, mesmo nas suas linhas mais próximas do centro, exhibe uma população usuária que não tem nada a ver com aquilo que vi em outras ocasiões, há vinte anos ou mesmo agora pouco, há uns seis ou sete anos. Fenômeno semelhante se deu em Barcelona ou em grandes cidades bascas, como Bilbao. Fico me perguntando a quem se dirige, de fato, o nacionalismo burguês do Partido Nacional Basco. Parece-me que, justamente por isso, o PNV namora a ETA e tem diante dessa organização uma posição ambígua. Uma parcela significativa, senão a maioria da população das províncias bascas nasceu longe, bem longe dali e, claro, não fala seu idioma, mas o castelhano. O mesmo ocorre na Catalunha. ETA e a ideologia do nacionalismo basco viraram uma coisa de duvidosa identidade, muito duvidosa. Acaba de estrear aqui um filme baseado em relato real: Lobo – é a estória de um agente que o serviço secreto infiltrou na ETA. O filme tem um ritmo forte, parece ficção policial, mas... é uma parte importante da vida da Espanha que nele aparece. E não é uma parte fácil de entender nem de engolir. Dos serviços secretos das ditaduras (e de muitas democracias...) já sabemos muita coisa indigesta. Mas o filme mostra também o outro lado, menos politicamente correto, talvez, dessa contenda. Por exemplo, o modo como ETA “resolveu” e, parece, segue resolvendo suas divergências internas. Pouco apaixonante, digamos.

* * **

Novamente o fundamentalismo católico

A alta hierarquia católica espanhola, agora apoiada pelo cardeal Ratzinger, uma espécie de versão vaticânica de Condoleezza Rice, segue apedrejando Zapatero e suas medidas laicizantes na educação, o casamento de homossexuais, o aborto. Há quem discorde: os dominicanos opinam que a Igreja deveria compreender melhor os novos tempos. A divergência foi tímida. Ainda mais tímida foi a divulgação. Afinal, a Igreja do novo Paulo sabe calar o bico de seus dissidentes. O Vaticano tem as suas sibérias e gulags espirituais. Quando um intelectual católico é censurado ou condenado ao “silêncio obsequioso”, isso é mais do que uma prisão, é a criação de um espaço de morte no melhor de sua vida.

A Igreja sempre marcou a vida dos espanhóis, há séculos. Alguns deles, ela marcou a ferro e a fogo. Na alma e no corpo. Para aqueles que não sabem, terminada a guerra civil, o papa Pio XII, notório simpatizante do nazifascismo, emitiu uma mensagem radiofônica saudando a vitória

franquista contra os criminosos inimigos do cristianismo. A notável peça da cristandade, depois editada, se chamava nada menos que... “Con inmenso gozo”. Ah, o mal que faz condenar o verdadeiro gozo! Fica-se tentado a substituí-lo por esse imenso gozo ressentido. No início dos anos 50, acostumados a meter o nariz em tudo que era espaço da vida, os sicários de sua santidade organizaram uma coisa chamada “Primeiro Congresso Nacional de Moralidade em Praias e Piscinas”... Dá para ter uma idéia do circo (ou hospício) que tentaram montar, pela segunda vez, na península ibérica.

* * **

Joan Manuel Serrat, cantautor

Imperdível a reedição do livro de Margarita Riviere - Joan Manuel Serrat (Ediciones Algaba, Madrid). Cruza episódios da história espanhola nos últimos 50 anos com passagens da vida de Serrat e com suas canções. Serrat é, em minha opinião, o mais importante compositor popular espanhol deste meio século – cantautor, como dizem aqui. Retratou, como ninguém, as transformações da sociedade espanhola, mas como poeta, por dentro dos diferentes tipos humanos cujas almas fazia falar através de sua poesia. Além disso, Serrat musicou magistralmente os poemas de Antonio Machado e Miguel Hernández. Enquanto produzir gente como Serrat, Machado, Hernández, a espécie humana ainda tem uma chance de demonstrar que não é o câncer do planeta. Infelizmente, as provas em contrário são muito numerosas. E, pior, são fortes.